

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA**

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
ANUAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Março de 2011

Maceió – AL

SUMÁRIO

Autoridades.....	11
Colégio de Dirigentes.....	12
Conselho Superior.....	14
Apresentação.....	16
Breve Histórico.....	18
Item 1. Identificação do Instituto Federal de Alagoas.....	22
Item 2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	23
a) Responsabilidades Institucionais do IFAL.....	23
b) Estratégia de atuação do IFAL frente às responsabilidades institucionais.....	25
I. Análise do andamento do plano estratégico do IFAL.....	26
II. Análise do plano de ação do IFAL.....	29
c) Programas de Governo sob a responsabilidade do IFAL.....	33
I. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	33
II. Execução Física das ações realizadas pelo IFAL.....	34
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	52
1. Programação Orçamentária da Despesa.....	52
1.1. Programação das Despesas Correntes.....	53
1.2. Programação das Despesas de Capital.....	54
1.3. Resumo da Programação de Despesas.....	54
1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	55
2. Execução Orçamentária da Despesa.....	56
2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários do IFAL.....	56
2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo IFAL por Movimentação.....	58
Item 3. Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	60
a) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	60
Item 4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	61
a) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	61
b) Análise Crítica.....	61
Item 5. Informações sobre Recursos Humanos do IFAL.....	62

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	62
b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	64
c) Composição do Quadro de Estagiários.....	64
d) Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	65
e) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	66
Item 6. Informação sobre as Transferências efetuadas em 2010.....	69
Item 7. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno do IFAL...	70
a) Estrutura de Controles Internos do IFAL.....	70
Item 8. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.....	73
a) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	73
Item 9. Informações sobre a Gestão do Patrimônio imobiliário do IFAL.....	75
Item 10. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) do IFAL.....	76
a) Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	76
Item 11. Indicadores de Desempenho.....	78
Item 12. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.....	101
a) Deliberações do TCU atendidas no exercício de 2010.....	101
b) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010.....	106
c) Recomendações do OCI atendidas no exercício de 2010.....	110
d) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010.....	117
Item 13. Declaração Plena do Contador	119
Item 14. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. IDENTIFICAÇÃO DO IFAL.....	22
QUADRO 2. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS.....	33
QUADRO 3. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	34
QUADRO 4. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS.....	35
QUADRO 5. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	35
QUADRO 6. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	37
QUADRO 7. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	37
QUADRO 8. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	45
QUADRO 9. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	46
QUADRO 10. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	47
QUADRO 11. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA.....	48
QUADRO 12. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO..	48
QUADRO 13. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS	49
QUADRO 14. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	50

QUADRO 15. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	50
QUADRO 16. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	51
QUADRO 17. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	52
QUADRO 18. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIO	53
QUADRO 19. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	53
QUADRO 20. PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL.....	54
QUADRO 21. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	54
QUADRO 22. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	55
QUADRO 23. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL.....	56
QUADRO 24. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL.....	57
QUADRO 25. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL.....	57
QUADRO 26. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	58
QUADRO 27. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	59
QUADRO 28. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	59
QUADRO 29. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	60
QUADRO 30. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	61
QUADRO 31. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	62
QUADRO 32. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	63
QUADRO 33. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	63
QUADRO 34. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	64

QUADRO 35. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	64
QUADRO 36. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	64
QUADRO 37. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	65
QUADRO 38. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	66
QUADRO 39. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	67
QUADRO 40. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	68
.....	
QUADRO 41. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO IFAL.....	70
QUADRO 42. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	73
QUADRO 43. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	75
QUADRO 44. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IFAL.....	75
QUADRO 45. GESTÃO DE TI DO IFAL.....	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MACEIÓ EM 2009 E 2010.....	38
TABELA 2. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SATUBA EM 2009 E 2010.....	39
TABELA 3. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS EM 2009 E 2010.....	40
TABELA 4. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MARECHAL DEODORO EM 2009 E 2010.....	40
TABELA 5. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PIRANHAS EM 2009 E 2010.....	41
TABELA 6. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PENEDO EM 2009 E 2010.....	41
TABELA 7. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MARAGOGI EM 2009 E 2010.....	41
TABELA 8. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS ARAPIRACA EM 2009 E 2010.....	41
TABELA 9. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MURICI EM 2009 E 2010.....	42
TABELA 10. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SANTANA DO IPANEMA EM 2009 E 2010.....	42
TABELA 11. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS EM 2009 E 2010.....	42
TABELA 12. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA EM 2009 E 2010.....	42
TABELA 13. ATIVIDADES DE EXTENSÃO.....	43
TABELA 14. RELAÇÃO DE EVENTOS DE EXTENSÃO REALIZADOS.....	43
TABELA 15. ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO.....	44
TABELA 16 AÇÕES VOLTADAS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO.....	45
TABELA 17 NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A RENDA PER CAPITA FAMILIAR.....	46

AUTORIDADES

Dilma Roussef

Presidente da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Eliezer Moreira Pacheco

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Sérgio Teixeira Costa

Reitor

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Sérgio Teixeira Costa

Reitor

Luíz Henrique Gouvêa Lemos

Pró-Reitor de Ensino

Wellington Spencer Peixoto

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Altemir João Secco

Pró-Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias

Carlos Henrique Almeida Alves

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

José Carlos Pessoa de Melo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Jeane Maria de Melo

Diretora-Geral do Campus Maceió

José Jonas de Melo Alves

Diretor-Geral do Campus Satuba

Carlos Guedes de Lacerda

Diretor-Geral do Campus Palmeira dos Índios

Marília de Góis Netto

Diretora-Geral do Campus Marechal Deodoro

Ricardo de Albuquerque Aguiar

Diretor-Geral do Campus Piranhas

Osineide Cavalcante Silva

Diretor-Geral do Campus Penedo

Fábio Ribeiro

Diretor-Geral do Campus Arapiraca

Dácio Lopes Camerino Filho

Diretor-Geral do Campus Maragogi

Erisvaldo Ramalho

Diretor-Geral do Campus Avançado Murici

José Carlos de Souza Lima

Diretor-Geral do Campus Avançado Santana do Ipanema

José Hélio dos Santos

Diretor-Geral do Campus Avançado São Miguel dos Campos

CONSELHO SUPERIOR

Ségio Teixeira Costa

Presidente

José Hélio dos Santos – Titular

Marcos Henrique Lucena Serafim – Suplente

Fabiano Duarte Machado – Titular

José Isnaldo de Lima Barbosa – Suplente

Representantes do Corpo Docente

Maurício Ferreira Menezes – Titular

Hélio Francisco da Silva Filho – Suplente

Elizângela Correia Mariano – Titular

José Enildo Freire Costa – Suplente

Representante do Corpo Técnico Administrativo

Jaymerson Lima da Silva - Titular

Emerson Lima Monteiro – Suplente

João Carlos Cyrilo da Silva – Titular

João Matias da Silva Neto - Suplente

Representantes do Corpo Discente

Jesimiel Pinheiro Cavalcante - Titular

Heloisa Maria Alves Araújo – Titular

Valéria Vanessa Ferreira dos Santos – Suplente

Representantes dos Alunos Egressos

Alfredo Raimundo Correia Dacal – Titular

Marcelo de Souza Carvalho – Suplente

Ana Paula de Oliveira Peixoto – Titular

Simone Firmino de Menezes – Suplente

Representantes de Entidades Patronais

Maria Amélia Calheiros Santos - Titular

Marcos Antônio Pereira da Silva - Suplente

Valdomiro Batista dos Santos – Titular

Luiz Cavalcante Tavares – Suplente

Representantes de Entidades dos Trabalhadores

Luiz Otávio Gomes – Titular

Rafaelle Ingrid de Vasconcelos Novaes – Suplente

Kátia Born Ribeiro - Titular

Janesmar Camilo de Mendonça Cavalcante – Suplente

Representantes do Setor Público

José Jonas de Melo Alves – Titular

Carlos Guedes de Lacerda – Titular

Jeane Maria de Melo – Suplente

Osineide Cavalcante de Farias – Suplente

Representantes do Colégio de Dirigentes

Sérgio Gaudêncio Portela de Melo – Titular

Gleisson Cardoso Rubin – Suplente

Representantes da SETEC/MEC

APRESENTAÇÃO

Este relatório representa uma avaliação das ações e metas estabelecidas e cumpridas pelo Instituto Federal de Alagoas, em 2010, nesta centenária instituição federal de ensino. O documento enfatiza planos e ações realizados nesse período e que contribuíram para a concretização de uma gestão voltada para atender aos anseios da população alagoana, na ocasião em que a educação profissional e tecnológica desponta como uma iniciativa redentora no que se refere aos aspectos sócio-econômicos de Alagoas.

Nos últimos dois anos, este IFAL foi beneficiado com a maior expansão já ocorrida em toda a sua história, no momento em que ganhou 'status' de universidade e proporcionou a instalação e ampliação de câmpus em todas as regiões do Estado, cujo resultado esperado é de um futuro promissor e associado às oportunidades de mercado de trabalho aliado às novas tecnologias no campo profissional. Esse tem sido o maior desafio das administrações recentes. A expansão representa um antigo anseio da população dos municípios alagoanos que observa, na iniciativa do governo federal, a chance de capacitação profissional de jovens, antes sem perspectiva profissional alguma, mas que agora reacende a esperança de um futuro melhor com a possibilidade de ingresso de empreendimentos empresariais e industriais em sua região em decorrência da ampliação do ensino profissional. Para que o IFAL alcançasse este estágio, compartilhamos esta ação com os municípios para aquisição de área visando a construção dos câmpus e proporcionamos 960 vagas, por intermédio de sorteios públicos, um ato inédito com participação efetiva dos órgãos fiscalizadores e que garantiu aos contemplados uma educação pública, gratuita e de qualidade.

No entanto, essa instituição federal de ensino teve que se adaptar ao novo conceito, com mudanças de hábitos e atitudes. A participação da comunidade acadêmica em um processo eleitoral democrático para a escolha de reitor e diretores-gerais dos câmpus, a estruturação dos órgãos colegiados e comissões representativas dos servidores técnicos administrativos e docentes foram algumas dessas ações decisivas para efetivação do momento atual

A concretização de metas e ações passa pela valorização do ser humano e, por isso, nesse período enfatizou-se à implantação de novos cursos técnicos, tecnológicos voltados para a área do empreendedorismo, cooperativismo e geração de emprego e renda. Destaca-se ainda,

na área de Ensino, a introdução de cursos de bacharelados e de licenciaturas, como efetiva contribuição para solucionar um quadro adverso que impera na maioria das salas de aula da rede pública de ensino que é a carência de professores, notadamente nas áreas de ciências exatas e nas demais áreas profissionais.

A consolidação do Instituto Federal de Alagoas como uma instituição fomentadora do desenvolvimento social e econômico de Alagoas fez com que um aporte no aspecto orçamentário-financeiro fosse reivindicado e, prontamente atendido pelo Ministério da Educação, visando adaptar todos os câmpus à nova configuração. Com isso, foram previstos entre os planos e metas, ações como reformas, construção e ampliação de salas de aulas das unidades já existentes e adaptações arquitetônicas dos novos câmpus para melhor acolher seu corpo discente. O aumento da relação professor-aluno passa a ser outro desafio a ser conquistado em dois anos como modo de garantir o acesso ao ensino público com melhor qualidade.

O Relatório de Gestão é um instrumento que indica a aplicação eficiente dos recursos, o atingimento dos objetivos traçados durante todo o processo de planejamento dentro da instituição. O conteúdo aqui exposto não só aponta os desafios enfrentados e metas atingidas, como também, mas é um referencial importante para indicar futuro do IFAL, como instituição de ensino estimuladora da educação profissional e aliada da sociedade.

Sérgio Teixeira Costa

Reitor

BREVE HISTÓRICO

Para melhor compreender a construção histórico-política do ensino técnico em terras alagoanas, particularmente a se compreender que o Instituto Federal de Alagoas nasce de duas autarquias com personalidades, até então, absolutamente distintas, mister se faz separar as narrativas, pelo menos, até 28 de dezembro de 2008 nas alusivas aos extintos CEFET e Agrotécnica Federal, iniciando por aquele.

Através do Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas profissionalizantes no País, denominadas *Escola de Aprendizes Artífices*. A maioria delas foi criada onde ainda não existiam indústrias o que comprova que seu objetivo inicial era o de qualificar artesãos e não para a formação de mão-de-obra para a indústria. Da mesma forma, sua localização, sempre nas capitais, obedecia mais a critérios políticos do que a critérios de desenvolvimento urbano e sócio-econômico. O aumento considerável de pessoas “deserdadas” ou “desvalidas” que afluíam para as cidades fez com que essas escolas fossem criadas com o propósito de neutralizar esses efeitos, considerados nocivos ao governo.

A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, que surgiu em cumprimento de disposto em diploma legal do Governo Federal, já nasceu envolta em estigma, preconceito e discriminação. O tempo, entretanto, se encarregou de apagar essa imagem. Instalou-se, inicialmente, na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Centro, no dia 21 de janeiro de 1910. Para o início das aulas, foram montadas oficinas de serralharia, marcenaria, fundição e sapataria. Além desses ofícios, ensinava-se o curso primário e o curso de desenho. Foram matriculados 93 alunos.

A falta de condições de funcionamento, devido às instalações precárias, fez com que a Escola passasse a funcionar na Praça Sinimbu (atual prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL). Após alguns meses, foi instalada a oficina de alfaiataria, perfazendo o total de cinco, número limite exigido pelo Governo Federal.

Ao longo dos 99 anos de existência, a Escola passou por vários processos de reforma, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909 a 1937), Liceu Industrial de Maceió (1937 a 1961), Escola Industrial Deodoro da Fonseca e Escola Industrial Federal de Alagoas (1961 a 1967), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967 a 1999), Centro Federal de Educação, Tecnológica de Alagoas, de acordo com os termos da Lei n° 8.948, de 8 de dezembro de 1994, depois regulamentado nos termos do Decreto n° 2.406, de 27 de novembro de 1997 e implementado nos termos do Decreto de 22 de março de 1999, tornou-se instituição

dotada de todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, nos termos do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. E, finalmente, a partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e com ela a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

Em 1987, o Ministério da Educação resolveu criar um programa de expansão e melhoria do ensino técnico de 2º grau. Com sua execução nasceram os campus avançados das Escolas Técnicas Federais, denominados de Unidades de Ensino Descentralizadas. Ainda como Escola Técnica Federal de Alagoas, foi atribuída a essa instituição a tarefa de implantar duas unidades de ensino: a Unidade Descentralizada de Palmeira dos Índios, localizada no município de Palmeira dos Índios, distante 130 km de Maceió, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.530 do DOU, datada de 19 de outubro de 1992; e a Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro, localizada no Município de Marechal Deodoro, distante 25 Km da capital, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.699 do DOU, datada de 6 de dezembro de 1994.

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal Alagoas é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - o que permitiu a criação dos primeiros cursos superiores de tecnologia.

No período de 2000 a 2008, foram sendo implantados diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, e também convênios e programas para a qualificação em nível de pós-graduação dos servidores efetivos do CEFET-AL.

Como dissemos anteriormente, a história do Instituto Federal de Alagoas, por força de sua formação inicial, desdobra-se em duas: a primeira, do CEFET-AL e a segunda da Escola Agrotécnica Federal de Satuba que, de modo resumido, apresentamos agora.

O Município de Satuba está localizado na Região Metropolitana de Maceió, Estado de Alagoas. No início, o povoado era conhecido como "Carrapato". Existiam apenas 11 casas de taipa e palha. Em 1893, houve a construção de uma pequena capela que, mais tarde, foi reformada para ser a matriz de Nossa Senhora da Guia. Dois sítios e dois engenhos garantiam o desenvolvimento de "Carrapato", principalmente onde hoje funciona o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas.

A povoação crescia, mas o comércio não acompanhou o progresso. Entretanto, quando a estrada de ferro começou a ser construída, "Carrapato" conseguiu ter um bom movimento.

O antigo nome foi alterado para Satuba, que vem de "saúva", uma formiga característica das terras da região. A primeira escola pública também surgiu nessa época. Uma agência postal funcionou como o primeiro serviço público de Satuba.

Até 1950, era povoado de Rio Largo, mas, depois do censo, alguns moradores resolveram lutar pela emancipação, Walter Figueiredo e Aristeu Lopes de Oliveira, por exemplo, praticamente asseguraram que, em 1960, a lei 2.265 garantisse a autonomia administrativa e política.

Desde a sua fundação, até os dias atuais, o Campus Satuba teve várias denominações. No entanto, sempre permaneceu destinado a formar mão-de-obra qualificada, para atender à demanda do setor agropecuário do Estado de Alagoas, não só às indústrias do ramo, mas, sobretudo, buscando melhorar a vida do homem do campo, através da disseminação de tecnologias que significassem aumento da produtividade e dos lucros, para as explorações agrícolas e zootécnicas das comunidades rurais.

O Decreto Lei Nº 8.940, de 30 de agosto de 1911 cria o Patronato Agrícola de Alagoas, destinado a ensinar, inicialmente, aos jovens, ofícios como os de selaria, carpintaria, sapataria, entre outros. Apenas a partir de 1931, o Patronato inicia o ensino profissional agrícola.

Em 1934, o Patronato foi transformado no aprendizado agrícola de alagoas, recebendo a denominação de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto no ano de 1939.

A partir de 1943, o Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a oferecer três níveis de cursos: Curso Básico, Curso Rural e Curso de Adaptação.

Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto, denominação que permaneceu até o ano de 1957, quando passou a se denominar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto. A partir desta data, a Escola passou a oferecer o Curso Técnico de Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960.

Nova denominação surge em 1964, quando a escola foi denominada Colégio Agrícola Floriano Peixoto. A esta época, o colégio oferecia os cursos de Iniciação e Mestría Agrícola, além do Técnico em Agricultura.

A partir de 1969, deixam de existir os cursos de iniciação e de mestría, permanecendo, apenas o de Técnico em Agricultura.

Com as mudanças ocorridas após a criação da antiga Coordenação do Ensino Agropecuário – COAGRI houve a unificação nacional do título novo do curso, que passou a

chamar-se curso Técnico em Agropecuária.

Desde 4 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.937, a instituição recebeu a denominação, corrente em todo o território nacional, para esse tipo de ensino, de Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Em novembro de 1993 passou a ser uma Autarquia Federal.

A Formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Em dezembro de 2008 é criada uma nova Instituição, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, formado a partir da fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas (Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAFS e Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET-AL) que, inicialmente com históricos distintos, passam a construir uma nova realidade educacional em Alagoas. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Quadro 1. IDENTIFICAÇÃO DO IFAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Alagoas			
Denominação abreviada: Instituto Federal de Alagoas - IFAL			
Código SIORG: 100900		Código LOA: 26402	Código SIAFI: 158147
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 8022-5
Telefones/Fax de contato:		(82) 2126-7050	(82) 2126-7051
E-mail: secgab@ifal.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifal.edu.br			
Endereço Postal: Rua Mizael Domingues, nº 75. Centro. 57020-600, Maceió. Alagoas.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União no dia 29 de dezembro de 2008 , que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou o Instituto Federal de Alagoas.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de outubro de 2009, que autoriza a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.			
Lei nº 9.94/2006, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013 - PDI			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158147	Reitoria		
158380	Câmpus Marechal Deodoro		
158381	Câmpus Maceió		
158382	Câmpus Satuba		
158383	Câmpus Palmeira dos Índios		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26402	Instituto Federal de Alagoas		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158147 - Reitoria		26402 - Instituto Federal de Alagoas	
158380 - Câmpus Marechal Deodoro		26402 - Instituto Federal de Alagoas	
158381 - Câmpus Maceió		26402 - Instituto Federal de Alagoas	
158382 - Câmpus Satuba		26402 - Instituto Federal de Alagoas	
158383 - Câmpus Palmeira dos Índios		26402 - Instituto Federal de Alagoas	

ITEM 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

a) Responsabilidades Institucionais do IFAL

O Instituto Federal de Alagoas - IFAL de é uma Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra o a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, o IFAL executou suas ações dentro dos Programas de Governo de seu Orçamento, sempre balizado na sua Função Social (Missão) e Finalidades Institucionais.

Função Social (Missão):

Formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de idéias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber; da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural alagoano e brasileiro.

Finalidades Institucionais:

Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

É importante ressaltar as principais características da Instituição como forma de demonstrar a abrangência de sua área de atuação e as diversas possibilidades de atender às políticas públicas, programas e ações de governo, que tratam da inclusão social através da educação profissional e tecnológica. Com base na Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, são finalidades e características do IFAL:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;*
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;*
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;*
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;*
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;*
qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VI. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
- VII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*
- VIII. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

Os programas e ações de governo executados pelo IFAL buscam ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica para os diversos níveis e modalidades de ensino e promover a inclusão social a amplas camadas da população, contribuindo para reduzir as desigualdades. Visam, ainda, suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho. Além disso, dotar a Instituição de acervo bibliográfico e equipamentos atualizados e promover a qualificação de seu pessoal, com vistas à melhoria continuada do processo de ensino-aprendizagem.

Assim o IFAL reforça o seu papel na sociedade como o maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo. Num processo de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

b) Estratégia de atuação do IFAL frente às responsabilidades institucionais

O IFAL define suas estratégias de atuação buscando atingir os objetivos e metas descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013, sem perder de vista as novas demandas de seu público alvo e cenários surgidos após a elaboração deste planejamento.

São considerados público alvo dos processos gerenciais do IFAL os alunos, que distribuídos em todos os níveis e modalidades de ensino, os servidores técnicos administrativos e docentes, o Governo Federal, Estadual e Municipal que, através de seus órgãos e entidades, estabelecem parcerias em conjunto, e as empresas, públicas e privadas, que, ora prestam serviços, ora compram serviços desta Instituição.

O PDI considera os objetivos da Instituição, e a partir deles são traçadas as estratégias de atuação para o atingimento destes. São objetivos do IFAL:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;*
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;*
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;*
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da*

educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

I. Análise do andamento do plano estratégico do IFAL

O plano estratégico do Instituto Federal de Alagoas – IFAL está apresentado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que busca dar respostas a duas questões essenciais: o que planejamos para nossa Instituição para os próximos cinco anos (2009/2013)? Quais são as condições de que dispomos para alcançar este futuro pretendido?

Além do atual PDI que abrange o período 2009 a 2013, em 2010 foi celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, o Acordo de Metas e Compromissos, que possui o Plano de Estruturação, Expansão e Atuação do IFAL, para o período de 2010 a 2022. Devendo ser atingido em curto prazo, até o ano de 2013 e projeção de manutenção ou ampliação nos anos seguintes, tomando como marco de médio prazo o

ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFAL foi fundamentado em três grandes desafios:

O primeiro desafio decorre da promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei, instituindo os IF's nos leva a definir a nossa identidade institucional. Obedecendo a um processo de amplas discussões, foram construídos em 2010, e ainda serão construídos diversos documentos internos que orientarão a vida do Instituto Federal de Alagoas.

No Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2009 foi publicada a Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009 que aprova o Estatuto do IFAL. O mesmo traz em seus títulos a natureza e as finalidades do IFAL, quais os órgãos colegiados e técnicos, o seu regime acadêmico, a comunidade acadêmica, dos diplomas, certificados e títulos e as disposições gerais e transitórias, onde consta a indicação para a construção e aprovação do regimento geral do IFAL.

Outro fator relevante neste processo de construção do IFAL foi a realização da eleição para Reitor e Diretores de Câmpus que ocorreram em 2010.

Durante o ano de 2010, foram aprovadas diversas Resoluções visando constituir os programas, conselhos, núcleos e regulamentar as atividades finalísticas do IFAL. Destacam-se os processos de regulação administrativa do IFAL. Desta forma, e visando organizar a nova realidade de administração do IFAL, foi editada e aprovada por meio da Resolução nº 32/CS, de 12 de agosto de 2010, a nova estrutura administrativa no âmbito da Reitoria e dos Campi do IFAL. Visando implementar e promover a auto-avaliação foi editada e aprovada a Resolução nº 21/CS, institui a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Além disso, objetivando articular, padronizar e conciliar os novos Câmpus e a nova realidade do IFAL, foi aprovada a Resolução nº 13/CS, de 7 de Junho de 2010, que estabelece normas para aplicação e padronização da identidade visual do IFAL.

Como segundo desafio está à expansão do IFAL. Em 2010, foram implantados, ainda que em instalações provisórias, os *Campi* de Arapiraca, Maragogi, Penedo e Piranhas. Sendo estas importantes cidades alagoanas, cada qual com suas características e vocação. Concomitantemente,

ocorreu à implantação dos Câmpus avançados nas cidades de Murici, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos.

A gestão *multicampi* exige um planejamento incomum, que está sendo construído conjuntamente, num processo de comprometimento e aprendizado constantes. Tendo com uma de suas ações, com o objetivo de melhorar e adequar o processo de compras face à nova realidade do IFAL, foi publicada Portaria n. 898/2010, de 26 de julho de 2010, que regulamenta todo o processo de aquisições e contratações compartilhadas no Instituto, com seus fluxogramas, prazos e atribuições, com o intuito de permitir o eficiente planejamento das compras e contratações.

O planejamento de compras, visando atender aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência, legalidade e aos demais preceitos norteadores da administração pública, constitui um dos principais desafios da nova realidade de gestão do IFAL.

Assim, as novas aquisições e contratações devem ocorrer de forma articulada entre os Câmpus, de forma mais eficiente e econômica do ponto de vista de publicações e gastos administrativos, além da consequente redução na quantidade de pregões realizados, mesmo com uma maior quantidade de itens a licitados, haja vista a necessidade de suprir a demanda dos 11(onze) Campi.

A expansão do IFAL apresenta-se como resposta a demanda existente por educação básica e profissional no interior do Estado de Alagoas, além de ação estratégica para formação de docentes da educação básica, especialmente nas áreas técnicas e exatas. Sendo assim, após ampla e rica discussão envolvendo a população a ser atendida pelo IFAL, na região de implantação de cada Câmpus, foram definidos quais cursos seriam ofertados, visando conciliar a vocação de cada município com as demandas identificadas pela população. Oportunamente, apresentamos breve relato da atuação dos novos Câmpus do IFAL.

Sendo Arapiraca a segunda maior cidade do Estado de Alagoas era imprescindível a presença e a atuação do IFAL. Desta feita, o Câmpus Arapiraca iniciou suas atividades no ano de 2010 ofertando os cursos de Informática e Eletroeletrônica, ambos na modalidade de ensino Técnico Integrado. Atendendo assim, neste ponto, o que fora estabelecido no PDI, para o ano de 2010.

Buscando continuar e ampliar o processo de interiorização do ensino de qualidade em Alagoas e fomentar a criação de centros regionais de formação de mão-de-obra qualificada,

disseminação de tecnologia e a formação de docentes, foi implantado os *Câmpus* nas cidades de Maragogi, Penedo e Piranhas, sendo esses os agentes articuladores e responsáveis pela sustentabilidade deste processo de desenvolvimento local.

Sendo o terceiro desafio considerar como valores essenciais da Instituição a diversidade na oferta de níveis e modalidades de cursos, a verticalização do ensino, a mobilidade, a internacionalização do Instituto, a ampliação e regulamentação das atividades de pesquisa e extensão, os compromissos sociais e inclusivos, e todas as demais oportunidades que o futuro nos reserva.

II. Análise do plano de ação do IFAL

No ano de 2010, o IFAL vivenciou a realização de eleição para os cargos de Reitor e Diretor de *Câmpus*, tendo esta ocorrida no mês de junho de maneira transparente e hígida, sendo o resultado homologado pela Resolução nº 17/CS, de 14 de Junho de 2010.

Na seara da expansão, ocorreram problemas alheios à vontade e competências do IFAL, durante a construção dos *Câmpus* Arapiraca, Maragogi e Murici, os processos encontram-se em fase conclusiva e logo, a célere resolução destas pendências é prioridade, juntamente com os *Câmpus* Rio Largo, Santana do Ipanema e São Miguel dos Campos para retomada e início das obras em 2011. Ao mesmo tempo, há a diligente fiscalização da construção dos *Câmpus* Penedo e Piranhas, com data marcada para inauguração em 25 de maio de 2011,

Um dos objetivos norteadores da Instituição foi o início das aulas nas cidades que irão receber os *Câmpus* do IFAL, ainda que estas ocorressem em instalações provisórias, cedidas pelas prefeituras por meio de convênios firmados entre o IFAL e os municípios.

Assim, em 2010 foram ofertados os cursos técnicos de nível médio nos novos *Câmpus*, aprovados pela Resolução nº 24/CS, de 19 de Julho de 2010, que como fora dito acima, foram estruturados após consulta a população residente na área de influência do *Câmpus*. Abaixo, apresentamos os cursos:

Campus Maragogi: Considerando as belezas naturais únicas na cidade, está sendo ofertado o curso de Hospedagem, buscando melhorar os serviços ofertados e atrair novos investimentos haja vista a presença de mão-de-obra qualificada e as características da região. Assim sendo, tendo como meta a sustentabilidade dos recursos naturais e, mormente, sua conservação

aliada a uma produção que não agrida o meio ambiente, foi implantado o curso de Agroecologia, sendo os cursos na modalidade de ensino Técnico Integrado.

Campus Penedo: Considerando a presença de diversas indústrias de açúcar e álcool, além da proximidade de polos tecnológicos em desenvolvimento em SE e AL, foi articulado e aprovado a oferta do curso de Açúcar e Álcool, área Controle e Processos Industriais. Por outro lado, visando conservar e melhorar utilizar os recursos naturais presentes na região do Baixo São Francisco e a exploração sustentável das belezas naturais proporcionadas pelo belíssimo Rio São Francisco, é ofertado o curso de Meio Ambiente. Ambos na modalidade de ensino Técnico Integrado.

Câmpus Piranhas: Considerando a forte presença da atividade agrária na região ao em torno da cidade de Piranhas, considerando ainda a localização da cidade as margens do Rio São Francisco, foram articulados e ofertados os cursos de Agroecologia e Agronindústria, objetivando melhorar as práticas agrárias e ajudar na criação de produtos com maior valor agregado.

Câmpus Avançado de Murici e Santana do Ipanema: Considerando as características semelhantes no tocante a exploração da agricultura e pecuária, está sendo ofertados em Murici os cursos de Agroecologia e Agronindústria, na modalidade de ensino Técnico Subsequente, e em Santana do Ipanema o curso de Agropecuária, na modalidade de ensino Técnico Integrado.

Câmpus Avançado de São Miguel dos Campos: Considerando a presença de grandes e diversas indústrias de cana açúcar na cidade e nas proximidades, foi pensando o curso de Segurança do Trabalho objetivando atender a demanda existente não só na cidade, mas em todo o Estado de Alagoas.

Desta forma, estas foram às ações implementadas no tocante a expansão do ensino nos Câmpus da expansão do IFAL, que estavam previstas no PDI, sendo este processo ainda não conclusivo e em constante evolução.

Outras ações objetivando normatizar os cursos e atividades no ensino, pesquisa e extensão, em todo o IFAL, foram discutidas e, posteriormente, aprovadas através de Resoluções, pelo Conselho Superior do IFAL, dentre as quais se destacam:

- Resolução nº 33/CS, de 19 de Agosto de 2010, no qual aprova o Plano do Curso de Licenciatura em Química e autoriza a oferta do Curso o Câmpus Maceió;

- Resolução nº 29/CS, de 26 de Julho, regulamenta as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do Instituto Federal de Alagoas;
- Resolução nº 25/CS, de 19 de Julho de 2010, regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas – IFAL;
- Resolução nº 24/CS, de 19 de Julho de 2010, aprova a oferta de Cursos Técnicos de nível médio nos novos Campi do IFAL;
- Resolução nº 19/CS, de 14 de Junho de 2010, aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT e estabelece sua estrutura organizacional;
 - Resolução nº 18/CS, de 14 de Junho de 2010, aprova a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE

Com relação às atividades de pesquisa e extensão, objetivando fomentá-las e estruturá-las foram aprovadas as Resoluções nº 18/CS, de 14 de Junho de 2010, que aprovou a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e nº 19/CS, de 14 de Junho de 2010, que aprovou a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica.

Em 2010 o IFAL planejou e articulou as ações de extensão. Contudo, este crescimento interno, por meio do amadurecimento do conceito de extensão e a assimilação e disseminação deste no IFAL, possibilitará uma gama maior e, mormente, mais sólida de ações para o ano de 2011.

Oportunamente destacamos os principais objetivos do IFAL para os próximos anos no tocante a expansão:

- Conjuntamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica fomentar a criação de empresas juniores, bem como reativar a incubadora de empresas.
- Lançamento do Edital PROJET 2010, o qual teve 47 projetos de extensão, com participação dos 11 Câmpus, os quais tem como finalidade atuar nas comunidades presentes no entorno dos Câmpus e contribuir com o desenvolvimento local.

As ações do Ensino orientadas e embasadas pelo PDI, são apresentadas a seguir:

- Oferta de 2 novos cursos presenciais de Licenciatura em Matemática e Química. Desta

forma, a Instituição avançou no alcance do percentual de 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de nº 11.892/08 e no PDI.

Contudo, algumas ações propostas no PDI para o Ensino não puderam ser plenamente atingidas. Questões ligadas às condições de infraestrutura e necessidade de materiais específicos. Ao mesmo tempo, a expansão do corpo docente no IFAL não foi suficiente para atender a demanda dos novos cursos a serem ofertados. Portanto, para o ano de 2011 estão como prioridades nas atividades ligadas ao Ensino:

- Implantação de novos laboratórios de ensino, visando consolidar o aprendizado em sala de aula com a prática de mercado;

- Início do curso técnico de Segurança do Trabalho, no Campus Maceió.

- Articular com o Estado e os municípios condições de infraestrutura para a expansão dos cursos à distância, visualizando assim ser possível a implantação do curso de Licenciatura em Matemática. Além disso, caso as condições de infraestrutura sejam favoráveis oferecer os cursos de Especialização em Gestão Pública Municipal, previsto no PDI para 2011, e em Diversidade Étnico-Racial, ambos os cursos encontram-se sobrestado.

- No tocante aos índices de permanência e de conclusão nos cursos da instituição estipulados no Acordo de Metas, não pode ser observado melhoras. Sendo este o princípio norteador para o ano de 2011, onde ações vinculadas com a Pesquisa e Extensão tentarão melhorar tais indicadores.

- A relação quantitativa aluno/professor não ocorreu elevação, devido ao acréscimo modesto no oferta de vagas nos Câmpus antigos. Além disso, o início dos cursos nos novos Câmpus, os quais apresentam uma baixa relação aluno/professor.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade do IFAL

I. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Os Programas de Governo efetivam a integração entre o planejamento e o orçamento da Instituição, através das Ações Orçamentárias. É através da utilização das dotações consignadas no Orçamento das Ações que o IFAL cumpre sua função social e atinge suas finalidades institucionais.

O IFAL não tem responsabilidade de gerir os Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA), sua responsabilidade é de executar e coordenar as atividades em cada Ação Orçamentária, constante em seu Orçamento Anual.

II. Execução Física das ações realizadas pelo IFAL

Neste item estão relacionadas as Ações Orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual, no Exercício de 2010, que foram objeto da gestão do IFAL. Estas Ações estão vinculadas aos Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA).

Quadro 2. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Função	28 – Encargos Especiais		
Subfunção	846 – Outros Encargos Especiais		
Programa	0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		
Ação	0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas		
Tipo da Ação	OP – Operações Especiais		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC

A Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas tem como finalidade cumprir as decisões judiciais transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas. Este cumprimento se dá através de pagamentos efetuados pelos Tribunais, conforme listagem encaminhada a Secretaria de Orçamento Federal, à época da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Quadro 3. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

Função	28 – Encargos Especiais		
Subfunção	846 – Outros Encargos Especiais		
Programa	0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		
Ação	00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor		
Tipo da Ação	OP – Operações Especiais		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC

A Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor tem a finalidade de alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do Regime de Previdências dos Servidores Públicos Federais decorrente de Precatórios e Requisições de Pequenos Valor.

Quadro 4. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Função	09 – Previdência Social		
Subfunção	272 – Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União		
Ação	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis		
Tipo da Ação	OP – Operações Especiais		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Pessoa Beneficiada	430	401	-

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União visa garantir o pagamento aos servidores inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Quadro 5. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Função	12 – Educação		
Subfunção	122 – Administração Geral		
Programa	1062 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União		
Ação	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		
Tipo da Ação	OP – Operações Especiais		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais visa assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A exclusão social refere-se ao processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política.

A educação em seus diversos níveis é um direito de todos, além de ser uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Sendo o papel da Educação Profissional e Tecnológica de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Daí a importância do Programa de Governo 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, que no IFAL, engloba as principais Ações voltadas à funcionalidade da educação profissional e tecnológica. As despesas com manutenção dos cursos técnicos e tecnológicos, com a assistência ao aluno, aquisição e manutenção do acervo bibliográfico e modernização da Instituição, além das ações de expansão e reestruturação da Educação Profissional em Alagoas.

Quadro 6. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Função	12 – Educação		
Subfunção	363 – Ensino Profissional		
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Ação	1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica		
Tipo da Ação	P – Projetos		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Unidade de Ensino Implantada	10	7	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem como principal finalidade ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Quadro 7. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Função	12 – Educação		
Subfunção	363 – Ensino Profissional		
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Ação	2992 – Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Aluno Matriculado	4.890	5.963	9.054

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica tem como finalidade garantir a manutenção e custeio do IFAL, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Tabela 1. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MACEIÓ EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Edificações	Infraestrutura	Técnico Integrado	170	235
Eletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	276	290
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	291	294
Ensino Médio	-	Ensin Médio	25	0
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	100	111
Infraestrutura Urbana	Infraestrutura	Técnico Integrado	82	44
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	264	278
Química	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	245	285
Artesanato	Produção Cultural e Design	Téc. Integrado-PROEJA	49	79
Desenhos e Projetos	Infraestrutura	Técnico Subsequente	43	9
Eletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	13	0
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	144	134
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	97	108
Química	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	88	109
Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	Bacharelado	80	128
Construção de Edifícios	Infraestrutura	Tecnologia	114	127

Matemática	-	Licenciatura	0	30
Química	-	Licenciatura	0	38
Gestão de Turismo	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	39	88
Hotelaria	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	39	84
Design de Interiores	Produção Cultural e Design	Tecnologia	165	34
Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	Tecnologia	117	32
Alimentos	Produção Alimentícia	Tecnologia	89	67
Urbanização	Infraestrutura	Tecnologia	30	29
Comércio Exterior	Gestão e Negócios	Tecnologia	3	1
Desporto e Lazer	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	8	0
Gestão Empresarial	Gestão e Negócios	Tecnologia	10	0
Gestão Pública	Gestão e Negócios	Tecnologia	11	3
Publicidade	Gestão e Negócios	Tecnologia	8	0
Turismo	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	6	0
TOTAL			2.606	2.637

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 2. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SATUBA EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Agricultura Familiar	-	PROEJA-FIC	16	22
Processamento de Alimentos	-	PROEJA-FIC	20	61
Informática	-	PROEJA-FIC	17	28
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico Integrado	361	385
Agricultura	Recursos Naturais	Técnico Subsequente	27	30
Zootecnia	Recursos Naturais	Técnico Subsequente	27	22
Laticínios	Produção Alimentícia	Tecnologia	173	160
TOTAL			641	708

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 3. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Edificações	Infraestrutura	Técnico Integrado	240	264
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	235	244
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	129	195
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Téc. Integrado-PROEJA	13	20
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Téc. Integrado-PROEJA	112	139
Construção de Edifícios	Infraestrutura	Tecnologia	97	63
Sistemas Elétricos	Controle e Processos Industriais	Tecnologia	98	88
TOTAL			924	1.013

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 4. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MARECHAL DEODORO EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Guia de Turismo	Hospitalidade e Lazer	Técnico Integrado	220	311
Meio Ambiente	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Integrado	119	174
Hospedagem	Hospitalidade e Lazer	Téc. Integrado-PROEJA	93	172
Gestão Ambiental	Ambiente e Saúde	Tecnologia	114	164
TOTAL			546	821

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 5. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PIRANHAS EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	-	80
Agroindústria	Produção Alimentícia	Técnico Integrado	-	80
TOTAL			-	160

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 6. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS PENEDO EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Acúcar e Álcool	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	-	80
Meio Ambiente	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Integrado	-	80
TOTAL			-	160

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 7. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MARAGOGI EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	-	67
Hospedagem	Hospitalidade e Lazer	Técnico Integrado	-	73
TOTAL			-	140

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 8. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS ARAPIRACA EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	-	80
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	-	80
TOTAL			-	160

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 9. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS MURICI EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	-	80
Agroindústria	Produção Alimentícia	Técnico Integrado	-	80
TOTAL			-	160

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 10. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SANTANA DO IPANEMA EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico Integrado	-	80
TOTAL			-	80

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 11. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO NO CÂMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Subsequente	-	80
TOTAL			-	80

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 12. NÚMERO DE MATRÍCULAS POR CURSO, ÁREA E MODALIDADE DE ENSINO PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA EM 2009 E 2010

CURSO	ÁREA	MODALIDADE	MATRÍCULAS	
			2009	2010
Hotelaria	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	188	265
Administração Pública	Gestão e Negócios	Bacharelado	0	100
Letras/Português		Licenciatura	98	190
Ciências Biológicas		Licenciatura	35	98
TOTAL			321	653

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/IFAL

Tabela 13. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Câmpus	Número de Vagas de Estágio Ofertadas		Número de Vagas de Estágios Preenchidas		Número de Alunos que demandaram vagas para Estágios		Número de Empresas Conveniadas para Oferta de estágios		Eventos de Extensão Realizados		Número de Participantes nos Eventos de Extensão Realizados		Número de Servidores Docentes envolvidos com Projetos de Extensão		Número de Servidores Técnicos Administrativos envolvidos em Projetos de Extensão		Número de alunos envolvidos em Projetos de Extensão		Público atendido em projetos de extensão	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Maceió	0	106	0	264	0	440	56	93	0	0	0	0	11	13	9	7	7	7	193	188
Satuba	154	156	152	141	152	141	154	156	4	3	805	808	0	0	0	0	0	0	0	0
Marechal Deodoro	0	0	67	49	20	49	5	6	1	2	357	494	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmeira dos Índios	174	40	162	40	162	144	10	6	4	4	287	290	0	0	0	0	0	0	0	0
Maragogi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	30	0	1	0	0	0	0	0	20
Piranhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santana do Ipanema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	70	0	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel dos Campos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	328	302	381	494	334	774	225	261	9	12	1.449	1.852	11	14	9	7	7	7	193	208

Tabela 14. RELAÇÃO DE EVENTOS DE EXTENSÃO REALIZADOS

Nº ORD	CÂMPUS	TIPO DE EVENTO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	OBJETIVO
1	SATUBA	2ª SEMANA AGROTECNOLOGICA	24	753	Promover a difusão dos avanços científicos e tecnológicos.
2	SATUBA	VOLUNTARIADO JOVEM	4	45	Despertar na comunidade a importância do desenvolvimento de ações voluntárias, bem como contribuir para um mundo melhor.
3	SATUBA	PROJETO REAPROVEITAMENTO DE PAPEL		10	Conscientizar a comunidade da importância da preservação do meio ambiente
4	SANTANA DO IPANEMA	PALESTRA	2	70	PALESTRA NUMA ESCOLA E CRIAÇÃO DE UM CANTEIRO
5	ARAPIRACA	EVENTO	4	160	Recolhimento lixo reciclável proveniente de bares instalados na região e plantio de cerca de 30 mudas de árvores nativas da região do cerrado nordestino
6	MARECHAL	Semana Ambiental	20	400	Proporcionar discussão e reflexão acerca da gestão dos recursos naturais
7	MARECHAL	Semana de Nutrição	20	94	Promover a reflexão acerca do valor nutricional dos alimentos, bem como a conduta saudável na alimentação

Tabela 15. ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Campus	Número de Bolsas de Iniciação Científica Concedidas		Número de Projetos de Pesquisa		Número de Grupos de Pesquisa		Número de Trabalhos em Eventos Científicos		Eventos de Pesquisa Realizados		Número de Participantes nos Eventos de Pesquisa Realizados		Número de Servidores Docentes envolvidos com Projetos de Pesquisa		Número de Servidores Técnicos envolvidos em Projetos de Pesquisa		Número de alunos envolvidos em Projetos de Pesquisa	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Maceió	26	41	24	24	5	14	42	38	1	2	1.200	2.900	61	65	2	2	62	66
Satuba	5	5	5	5	2	2	27	34	1	1	600	620	9	13	1	1	16	20
Marechal Deodoro	24	26	9	9	1	3	11	2	1	1	400	650	9	11	0	0	8	11
Palmeira dos Índios	16	21	9	9	0	1	8	3	1	1	360	400	2	2	0	0	5	8
Maragogi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Piranhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santana do Ipanema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel dos Campos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	71	93	47	47	8	20	88	77	4	5	2.560	4.570	81	91	3	3	91	105

Quadro 8. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Função	12 – Educação		
Subfunção	363 – Ensino Profissional		
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Ação	2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
	Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010
	Aluno Assistido	860	1.221
			Meta a ser Realizada em 2011
			5.740

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional objetiva suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola, através de fornecimento de alimentação e fardamento, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.

Tabela 16. AÇÕES VOLTADAS PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA INSTITUIÇÃO

CÂMPUS	Número de Alunos beneficiados com Bolsas de Trabalho		Número de Alunos beneficiados com Bolsa Alimentação		Número de Refeições servidas		Número de Alunos beneficiados com Bolsa de Auxílio Transporte		Número de Alunos beneficiados com fardamento		Número de Alunos beneficiados com óculos corretivo		Número de atendimentos psicológicos		Número de atendimentos médicos		Número de atendimentos odontológicos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Maceió	130	130	475	130	0	0	147	150	27	206	28	7	211	261	14.368	13.956	222	312
Satuba	45	63	0	0	148.302	132.314	0	0	0	0	0	0	402	709	6.458	3.318	574	172
Marechal Deodoro	29	28	0	60	0	9.710	30	70	19	221	0	10	290	299	2.250	1.981	576	432
Palmeira dos Índios	45	71	22	55	0	0	45	71	42	67	10	15	156	187	476	505	923	1.001
Maragogi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Piranhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Penedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0
Santana do Ipanema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel dos Campos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	249	292	497	245	148.302	142.024	222	291	88	1.454	38	32	1.059	1.456	23.552	19.760	2.295	1.917

Tabela 17. NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A RENDA PER CAPITA FAMILIAR

CÂMPUS	Até 1 Salário Mínimo		Acima de 1 até 2 Salários Mínimos		Acima de 2 até 3 Salários Mínimos		Acima de 3 até 5 Salários Mínimos		Acima de 5 até 10 Salários Mínimos		Acima de 10 até 15 Salários Mínimos		Acima de 15 até 20 Salários Mínimos		Acima de 20 Salários Mínimos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
MACEIÓ	102	105	86	88	120	122	77	79	27	28	6	7	0	0	0	0
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	330	376	222	219	247	245	223	221	0	0	0	0	0	0	0	0
MARECHAL DEODORO	218	229	170	174	46	53	43	47	25	28	2	3	0	0	0	0
SATUBA	254	422	72	81	79	80	84	67	0	0	0	0	0	0	0	0
ARAPIRACA	0	78	0	52	0	15	0	12	0	3	0	0	0	0	0	0
PIRANHAS	0	38	0	59	0	23	0	23	0	16	0	0	0	1	0	0
PENEDO	0	64	0	49	0	30	0	11	0	5	0	1	0	0	0	0
MARAGOGI	0	112	0	48	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MURICI	0	67	0	60	0	21	0	8	0	4	0	0	0	0	0	0
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	0	33	0	28	0	11	0	5	0	2	0	1	0	0	0	0
SANTANA DO IPANEMA	0	20	0	36	0	15	0	6	0	3	0	0	0	0	0	0

Quadro 9. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Função	12 – Educação		
Subfunção	363 – Ensino Profissional		
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Ação	6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Volume Disponibilizado	2.310	40.290	38.861

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional busca ampliar e atualizar o acervo bibliográfico da Rede Federal de Educação

Profissional.

O quantitativo informado na Meta Física Realizada em 2010 se refere a soma dos volumes disponibilizados nos Câmpus Maceió, 21.112 volumes, Câmpus Satuba, 6.131 volumes, Câmpus Marechal Deodoro, 6.018 volumes e Câmpus Palmeira dos Índios, 6.221 volumes.

A Meta Prevista equivocadamente informada corresponde a quantidade de volumes adquiridos, porém, o produto da Ação é Volume Disponibilizado, ou seja, o quantitativo de volumes existentes. Desta forma, o para o campo Meta Física Realizada está sendo informado o quantitativo de volumes existentes, o que gerou grande diferença entre o quantitativo previsto e o realizado.

Quadro 10. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Função	12 – Educação		
Subfunção	363 – Ensino Profissional		
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Ação	8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Unidade Reestruturada	4.890	4	11

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica, mediante a modernização do IFAL.

Por equívoco, nesta Ação, foi inserido a meta prevista referente a Ação Orçamentária Funcionamento da Educação Profissional, número de alunos matriculados, 4890 alunos. Porém, a meta desta Ação é Unidade Reestruturada. O IFAL possui quatro Unidades: Câmpus Maceió, Câmpus Satuba, Câmpus Palmeira dos Índios e Câmpus Marechal Deodoro. Considerando a execução desta Ação ao longo do Exercício, as quatro Unidades foram reestruturadas. Cumprindo

integralmente a meta estabelecida pela Gestão da Instituição.

Quadro 11. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA

Função	12 – Educação		
Subfunção	128 – Formação de Recursos Humanos		
Programa	1061 – Brasil Escolarizado		
Ação	8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Aluno Matriculado	500	664	800

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância tem como objetivo realizar a capacitação e formação inicial e continuada a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

Quadro 12. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Função	12 – Educação		
Subfunção	128 – Formação de Recursos Humanos		
Programa	1067 – Brasil Escolarizado		
Ação	4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Servidor Capacitado	798	1.188	273

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Quadro 13. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS

Função	12 – Educação		
Subfunção	301 – Atenção Básica		
Programa	0750 – Apoio Administrativo		
Ação	20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Servidor Beneficiado	455	0	455

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos tem como objetivo proporcionar aos servidores condições para manutenção da saúde física e mental, através da realização de exames médicos periódicos .

Em 2010, a Instituição procedeu o levantamento e cadastramento das informações de todos os seus servidores, iniciou pesquisa de mercado para contratar de empresa especializada para realizar os exames periódicos, a execução do serviço será iniciada em 2011.

Quadro 14. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Função	12 – Educação			
Subfunção	301 – Atenção Básica			
Programa	0750 – Apoio Administrativo			
Ação	2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Tipo da Ação	A – Atividade			
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias			
	Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
	Servidor Beneficiado	1.754	1.212	1.754

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, através de concessão de benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica, exclusivamente na forma de contrato ou convênio, serviço prestado pelo órgão ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Quadro 15. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Função	12 – Educação			
Subfunção	365 – Educação Infantil			
Programa	0750 – Apoio Administrativo			
Ação	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Tipo da Ação	A – Atividade			
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias			
	Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
	Criança Atendida	125	139	121

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados oferece aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme artigo nº 3, do Decreto nº 977, de 10/11/93, através de benefício pago diretamente no contra-cheque, aos servidores que tenha filhos em idade pré-escolar.

Quadro 16. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Função	12 – Educação		
Subfunção	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador		
Programa	0750 – Apoio Administrativo		
Ação	2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		
Tipo da Ação	A – Atividade		
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias		
Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Servidor Beneficiado	599	189	125

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados tem a finalidade de efetivar o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Quadro 17. EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

Função	12 – Educação			
Subfunção	306 – Alimentação e Nutrição			
Programa	0750 – Apoio Administrativo			
Ação	2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Tipo da Ação	A – Atividade			
Prioridade	3 - Demais Ações Prioritárias			
	Unidade de Medida	Meta Prevista em 2010	Meta Realizada em 2010	Meta a ser Realizada em 2011
	Servidor Beneficiado	779	933	785

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC

A Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados visa conceder auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção do refeitório.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

Esta série de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

1. Programação Orçamentária da Despesa

Este item de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária do IFAL, que devem ser demonstradas em quatro quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas; Reserva de Contingência e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Quadro 18. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Alagoas	26402	158147

1.1. Programação das Despesas Correntes**Quadro 19. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES**

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		57.743.443,00	76.845.379,00	-	-	12.149.150,00	15.240.504,00
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		22.992.250,00	19.440.000,00	-	-	347.188,00	4.013.897,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			80.735.693,00	96.285.379,00	-	-	12.496.338,00	19.254.401,00

Fonte: SIAFI Gerencial

1.2. Programação das Despesas de Capital

Quadro 20. PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.490.000,00	28.604.671,00	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		112.000,00	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.602.000,00	28.604.671,00	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

1.3. Resumo da Programação de Despesas

Quadro 21. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		69.892.593,00	92.085.883,00	1.490.000,00	28.604.671,00	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		23.339.438,00	23.453.897,00	112.000,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		93.232.031,00	115.539.000,00	1.602.000,00	28.604.671,00	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 22. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	090031	121062884609010005	108.482,00	0,00	0,00
	Concedidos	090031	1210628846090100G5	14.514,00	0,00	0,00
	Recebidos	201002	471010412207502000	191.000,00	0,00	0,00
	Recebidos	150014	261011212210672272	0,00	0,00	4.807,72
	Recebidos	150014	2610112363106220AW	0,00	0,00	114.200,00
	Recebidos	150014	261011236310626358	0,00	0,00	744.359,29
	Recebidos	150014	261011236310626380	0,00	0,00	74.529,01
	Recebidos	153173	262981230610618744	0,00	0,00	58.038,90
	Recebidos	153173	262981242213778751	0,00	0,00	17.880,00
	Recebidos	410002	411012412810086867	0,00	0,00	84.605,95
	Recebidos	201002	471010412810542655	0,00	0,00	4.320,00
Recebidos	201002	471010430107502004	0,00	0,00	133.100,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	153173	262981212810618429	84.900,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2. Execução Orçamentária da Despesa

2.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários do IFAL

Quadro 23. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	3.943.495,19	14.084.201,61	3.653.686,16	12.907.697,41
Convite	31.876,71	-	31.876,71	-
Tomada de Preços	-	469.929,87	-	449.137,85
Concorrência	549.219,20	5.250.310,36	549.219,20	5.242.758,61
Pregão	3.362.399,28	8.363.961,38	3.072.590,25	7.215.800,95
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	2.486.173,59	2.867.197,82	2.399.489,93	2.564.521,12
Dispensa	2.001.153,80	2.384.270,11	1.976.855,57	2.149.987,41
Inexigibilidade	485.019,79	482.927,71	422.634,36	414.533,71
Regime de Execução Especial	126.157,18	117.704,00	126.157,18	117.704,00
Suprimento de Fundos	126.157,18	117.704,00	126.157,18	117.704,00
Pagamento de Pessoal	80.982.264,88	98.057.432,91	80.981.243,95	98.048.899,10
Pagamento em Folha	80.547.872,46	97.254.291,19	80.547.872,46	97.254.291,19
Diárias	434.392,42	803.141,72	433.371,49	794.607,91
Outros	2.215.709,55	2.956.519,60	2.177.535,97	2.920.369,13

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 24. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	79.135.714,89	92.981.226,14	78.602.429,87	92.981.226,14	0,00	0,00	78.602.429,87	92.960.410,47
319011	41.318.696,08	50.688.021,56	41.318.696,08	50.688.021,56	0,00	0,00	41.318.696,08	50.685.143,26
319001	15.599.315,26	16.917.524,49	15.066.030,24	16.917.524,49	0,00	0,00	15.066.030,24	16.917.524,49
319013	8.922.815,45	10.925.044,10	8.922.815,45	10.925.044,10	0,00	0,00	8.922.815,45	10.925.044,10
Demais elementos do grupo	13.294.888,10	14.450.635,99	13.294.888,10	14.450.635,99	0,00	0,00	13.294.888,10	14.432.698,62
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	11.506.737,65	17.066.130,87	10.391.343,18	14.412.784,29	916.316,27	2.653.346,58	10.409.354,91	13.866.298,07
339039	3.876.251,43	3.952.241,48	3.258.841,37	3.247.721,35	617.410,06	704.520,13	3.141.965,85	2.976.727,10
339046	1.185.887,86	3.115.463,52	1.185.887,86	3.115.463,52			1.185.887,86	3.115.463,52
339037	1.234.722,85	2.353.140,64	1.194.448,33	1.975.365,29	40.274,52	377.775,35	1.194.448,33	1.850.964,30
Demais elementos do grupo	5.209.875,51	7.645.285,23	4.752.165,62	6.074.234,13	258.631,69	1.571.050,75	4.887.052,87	5.923.143,15

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 25. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DO IFAL

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	882.971,50	27.139.204,46	560.949,14	10.709.861,18	322.022,36	16.429.343,28	326.328,41	9.732.482,22
449051	107.320,90	10.036.057,11	0,00	5.258.905,26	107.320,90	4.777.151,85	0,00	5.211.933,24
449061		8.580.000,00	0,00	0,00	0,00	8.580.000,00	0,00	0,00
449052	765.173,60	8.523.147,35	550.472,14	5.450.955,92	214.701,46	3.072.191,43	326.328,41	4.520.548,98
Demais elementos do grupo	10.447,00	0,00	10.447,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo IFAL por Movimentação

Quadro 26. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	951.927,61	368.241,48	674.754,58	276.546,42
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	274.608,40		205.956,10	
Pregão	677.319,21	368.241,48	468.798,48	276.546,42
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	168.322,54	13.981,84	159.119,20	13.981,84
Dispensa	78.322,54	13.981,84	69.119,20	13.981,84
Inexigibilidade	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00
Regime de Execução Especial	7.988,16	17.004,41	7.988,16	17.004,41
Suprimento de Fundos	7.988,16	17.004,41	7.988,16	17.004,41
Pagamento de Pessoal	150.909,30	83.928,75	144.955,73	81.120,95
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	150.909,30	83.928,75	144.955,73	81.120,95
Outros	381.881,98	451.089,40	307.356,28	422.089,40

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 27. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	190.478,07	0,00	190.478,07	0,00	0,00	0,00	190.478,07
339011	0,00	190.478,07	0,00	190.478,07	0,00	0,00	0,00	190.478,07
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	1.820.033,61	1.150.876,86	1.357.537,79	1.067.283,30	462.495,82	83.593,56	1.158.831,95	943.780,44
339018	289.300,00	390.300,00	260.000,0	368.403,00	29.300,00	21.897,00	242.300,00	348.003,00
339039	314332,33	281.515,84	167.123,04	260.905,84	147.209,29	20.610,00	159.119,20	192.456,84
339093	0,00	133.037,42	0,00	133.037,42	0,00	0,00	0,00	133.037,42
Demais elementos do grupo	1.216.401,28	346.023,60	930.414,75	304.937,04	285.986,53	41.086,56	756.412,75	270.283,18

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 28. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	2.908.372,85	84.900,00	303.491,80	0,00	2.604.881,05	84.900,00	135.342,00	0,00
449052	1.453.870,38	84.900,00	303.491,80	0,00	1.150.378,58	84.900,00	135.342,00	0,00
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	1.454.502,47	0,00	0,00	0,00	1.454.502,47	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

ITEM 3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Visa a demonstrar a movimentação e o saldo, além de informações quantitativas e qualitativas sobre o reconhecimento pelo IFAL de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelo IFAL no exercício de 2010.

a) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 29. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
26402		Instituto Federal de Alagoas			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
158147	10.825.373/0001-55	0,00	0,00	0,00	0,00
Razões e Justificativas:					

Fonte: SIAFI Gerencial

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Visa apresentar informações quantitativas e qualitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

a) Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 30. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	415.515,56	-	363.363,67	51.889,39
2008	73.167,32	-	9.988,16	63.179,16
2007	10.710,40	-	-	10.710,40
2006	10.403,95	-	-	10.403,95
2005	55.187,35	-	-	55.187,35
2004	471.085,09	-	-	471.085,09
2003	8.421,97	-	-	8.421,97
2002	33.543,60	-	-	33.543,60
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.179.884,26	19.751,46	744.287,26	415.845,54
2008	140.734,73	53.636,00	-	87.098,73
2007	579.558,89	291.659,02	4.548,81	283.351,06
Observações:				
O Governo Federal vem prorrogando os restos a pagar além do limite estabelecido na Lei 4.320/64, por meio de decretos presidenciais. Em 2010 foi publicado o Decreto nº 7.318/2010, com esta finalidade.				

b) Análise Crítica

De acordo com o art. 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, ou seja, as empenhadas e liquidadas, porém não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente ao orçamento, e as empenhadas, porém não liquidadas e, conseqüentemente, também não pagas até 31 de dezembro do orçamento correspondente, respectivamente. A inscrição dos restos a pagar advém, a princípio, da execução orçamentária definida na LOA sem a igual contrapartida correspondente a execução financeira no exercício correspondente a execução orçamentária; no entanto, algumas inscrições de restos a pagar tem ultrapassado o prazo previsto na legislação correlata, sendo prorrogados por decretos presidencial, como é o caso do Decreto 7.318/2010, que prorroga os restos a pagar não processados relativos aos exercícios 2007, 2008 e 2009. Já no que diz respeito aos restos a pagar processados relativos que vem ultrapassando mais de um exercício, necessário se faz um análise depurada desses valores no sentido de se verificar a real necessidade de permanência desses valores nessa condição, para que, se for o caso, o próximo relatório venha a ajustar tal informação.

ITEM 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DO IFAL

Este item do Relatório visa demonstrar informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos do IFAL, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria Instituição a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos

A composição do quadro de servidores ativos do IFAL será demonstrada por intermédio de três demonstrativos: o primeiro compreende a lotação efetiva e autorizada do quadro de recursos humanos, bem como os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010; o segundo, a composição do quadro de pessoal por faixa etária dos servidores; e o terceiro a composição do quadro de pessoal por nível de escolaridade.

Quadro 31. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	-	934	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	900	185	41
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	02	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	01	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	34	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	07	-	01
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	27	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	01	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício	-	-	-	-

descentralizado		01	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	01	01	-
2.2.4 Sem vínculo	-	02	01	-
2.2.5 Aposentado	-	294	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	213	174	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-			

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

Quadro 32. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	141	214	330	185	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários	17	9	4	1	3
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	10	12	11	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	31	50	58	33	02

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

Quadro 33. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	10	06	18	116	187	282	238	43
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	23	10	1	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					01	02	05	26	01
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 34. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	225	7
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	19	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	38	-
2.2 Compulsório	8	2
2.3 Invalidez Permanente	3	-
2.4 Outras	1	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

Quadro 35. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	157	07
2. Proporcional	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

c) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 36. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	23	16	14	9	109.279,89
• Área Fim	01	01	01	01	7.824,00
• Área Meio	22	15	13	08	101.455,89
Nível Médio	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

d) Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro 37. QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Tipologia s Exercício s	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos – Não e necessário responder								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	19.731.502,92	85,96	2.822.213,7	988.676,84	0,00	134.358,08	14.822.954,50	38.499.792,00
2009	32.410.067,62	8.213,48	3.337.058,53	1.266.862,08	0,00	174.499,28	10.530.536,72	47.727.237,71
2010	44.659.473,58	318,69	4.507.345,11	1.787.164,85	0,00	636.337,18	14.672.883,86	66.263.523,27
Servidores com Contratos Temporários								
2008	280.633,58	0,00	23.247,52	3.552,78	0,00	0,00	54.175,00	361.608,88
2009	503.571,12	0,00	49.425,70	17.979,95	0,00	0,00	69.460,07	640.436,84
2010	836.161,56	0,00	58.528,26	21.628,43	0,00	0,00	164.531,54	1.080.849,79
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	145.242,71	0,00	16.938,10	5.218,31	0,00	0,00	57.636,23	225.035,35
2009	198.505,11	0,00	22.082,39	7.382,21	0,00	0,00	38.120,09	266.089,80
2010	311.788,81	0,00	36.135,02	8.631,37	0,00	784,00	45.450,36	402.789,56
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.832.958,58	494.472,83	446.003,31	244.630,94	0,00	28.262,85	1.641.290,73	5.687.619,24
2009	4.194.788,10	550.935,46	460.128,89	291.480,60	0,00	29.114,74	935.875,82	6.462.323,61
2010	6.076.340,87	785.563,43	812.374,83	422.152,71	0,00	135.922,26	1.650.129,69	9.882.483,79

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/PRDI/IFAL

e) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro 38. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Alagoas													
UG/Gestão: 158147/26402							CNPJ: 10.825.373/0001-55						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2004	L	O	22/2004	08.545.485/0001-00	16/01/2004	15/07/2010	115	85	-	-	-	-	E
2005	V	O	04/2006	01.771.692/0001-34	30/05/2006	30/09/2010	18	22	-	-	-	-	E
2010	L	E	20/2010	08.545.485/0001-00	21/07/2010	20/01/2011	83	83	-	-	-	-	E
2010	V	E	25/2010	01.771.692/0001-34	05/10/2010	04/04/2010	34	34	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba													
UG/Gestão: 158382/26402							CNPJ: 10.825.373/0004-06						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	E	03/2009	05.072.256/0001-28	22/07/2009	22/07/2010	6	6	-	-	-	-	E
2010	V	E	01/2010	01.771.692/0001-34	25/11/2010	25/05/2011	6	6	-	-	-	-	A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro 39. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Alagoas													
UG/Gestão:158382/26402							CNPJ: 110.825.373/0001-55						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	01/2008	10.651.081/0001-43	05/12/2008	04/02/2011	32	32	-	-	-	-	P
2008	1	O	02/2008	03.270.359/0001-77	07/01/2008	06/01/2012	3	3	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba													
UG/Gestão:158382/26402							CNPJ: 10.825.373/0001-06						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	02/2009	01.182.827/0001-26	01/06/2009	01/06/2001	13	13	-	-	-	-	P
2009	3	O	02/2009	01.182.827/0001-26	01/06/2009	01/06/2011	6	6	-	-	-	-	P
2009	7	O	02/2009	01.182.827/0001-26	01/06/2009	01/06/2011	7	7	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro 40. DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2008	1	22	Campus Maceió
01/2008	1	6	Campus Marechal Deodoro
01/2008	1	4	Campus Palmeira dos Índios
02/2008	1	1	Campus Maceió
02/2008	1	1	Campus Marechal Deodoro
02/2008	1	1	Campus Palmeira dos Índios
02/2009	2	13	Campus Satuba
02/2009	3	6	Campus Satuba
02/2009	9	7	Campus Satuba
01/2010	8	6	Campus Satuba
20/2010	7	51	Campus Maceió
20/2010	7	16	Campus Palmeira dos Índios
20/2010	7	16	Campus Marechal Deodoro
25/2010	8	20	Campus Maceió
25/2010	8	8	Campus Marechal Deodoro
25/2010	8	6	Campus Palmeira dos Índios

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; |
| 5. Serviços de Brigada de Incêndio; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 7. Higiene e Limpeza; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| 9. Outras. | |

Fonte:

ITEM 6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM 2010

O IFAL não realizou, em 2010, transferências mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e termos de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a se avaliar as ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

ITEM 7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO IFAL

Este item irá demonstrar a estrutura de controles internos do IFAL, de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações.

A informação está estruturada em um formulário contendo afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos do IFAL: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Para cada afirmativa, está indicado um valor na escala de 1 a 5, de acordo com a situação em que se encontrava ao final do exercício de 2010.

a) Estrutura de Controles Internos do IFAL

Quadro 41. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DO IFAL

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ITEM 8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

As informações apresentadas neste se referem à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E, tem o objetivo de verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços do IFAL são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

a) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 42. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex:	X				

papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais: Apesar das contratações ainda se adequarem plenamente a IN nº 01/2010 do Ministério de Planejamento e Gestão. Porém, em 2010, foram treinados dois servidores em Contratações Sustentáveis, visando adequar as contratações a referida legislação. Foram realizadas reuniões para tratar de Contratações Sustentáveis com o Controle Interno e Campus Satuba em 2010. Em 2011, as demais Unidades do IFAL participarão de reuniões para conscientização sobre o tema.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ITEM 9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO IFAL

O objetivo deste item é de analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade do IFAL classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Quadro 43. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Alagoas	4	4
	Maceió	1	1
	Satuba	1	1
	Palmeira dos Índios	1	1
	Marechal Deodoro	1	1
Total		4	4

Fonte: SPIUNET

Quadro 44. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO IFAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
158380	2793000045000	21	3 Bom	7.500.000,00	31/12/2010	7.500.000,00
158381	2785000515005	21	4 - Regular	8.260.470,33	31/12/2010	8.260.740,00
158382	2877001765000	21	4 – Regular	8.329.255,82	31/12/2010	8.329.255,82
158383	2825000095009	21	3 – Bom	5.000.000,00	31/12/2010	5.000.000,00
Total						

Fonte: Departamento de Contabilidade e Finanças/PRAP/IFAL

ITEM 10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DO IFAL

Este item do Relatório de gestão trará informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) do IFAL, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI, com o objetivo de analisar o grau de desenvolvimento da gestão de TI no IFAL.

a) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 45. GESTÃO DE TI DO IFAL

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	6 (seis) Servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Item preenchido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e suas coordenações vinculadas (Desenvolvimento de Sistemas, Suporte ao Usuário e Operações de Rede)</p>					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

ITEM 11. INDICADORES DE DESEMPENHO

Em atendimento ao Acórdão nº 2.267/2005-TCU, que determina a inclusão dos indicadores de gestão no presente Relatório, acompanhados dos dados primários relativos aos componentes necessários ao seu cálculo, apresentamos a seguir estes indicadores, que demonstraram o esforço do IFAL em atingir os melhores índices de eficiência, eficácia e efetividade.

Indicadores Acadêmicos

- **RELAÇÃO VAGAS OFERTADAS/ALUNOS**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de vagas ofertadas em relação ao total de alunos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Vagas Ofertadas}}{\text{Alunos}} \times 100$$

RELAÇÃO VAGAS OFERTADAS/ALUNOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Total de vagas ofertadas	1.400	1.465	1.515	1.703	2.798
Relação	59,02	53,92	43,98	40,37	40,36

Análise do Indicador:

O aumento na oferta de vagas e o aumento do número de alunos matriculados demonstra que a Instituição está buscando utilizar toda sua capacidade instalada, ou seja, utilizar mais e melhor todos os seus recursos humanos e materiais, em consonância com o PDI 2009-2013 e o Acordo de Metas e Compromissos. Até o ano de 2008 observou-se um decréscimo na relação vagas ofertadas/alunos, pois os cursos técnicos integrados ainda não tinha formado profissionais. A partir de 2009, com a saída dos primeiros concluintes desses cursos, a relação começou a estabilizar.

- **RELAÇÃO DE INGRESSOS/ALUNOS**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

Relação = $\frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos}} \times 100$

Alunos

RELAÇÃO DE INGRESSOS/ALUNOS MATRICULADOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Alunos ingressos	1.400	1.465	1.515	1.739	3.302
Relação	59,02	53,92	43,98	41,22	47,63

Análise do Indicador:

A elevação na oferta de vagas e a redução da evasão escolar e um certo aumento no número de retenções, contribuíram para a grande elevação no número de alunos matriculados de 2009 para 2010. A quantidade de alunos ingressos cresceu 19% (dezenove por cento) entre 2006 e 2009. Com a criação de sete novos campi, observou-se uma elevação súbita de ingressos em torno de 90%, entre 2009 e 2010.

- **RELAÇÃO LIVROS (EXEMPLARES)/ ALUNOS**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a disponibilidade do acervo bibliográfico (exemplares), em relação ao total de alunos.

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

O quantitativo de títulos é igual ao número de livros (exemplares) do acervo bibliográfico disponível para consultas e empréstimos pelos alunos

Fórmula de Cálculo:

Relação = $\frac{\text{Número de Livros (Exemplares)}}{\text{Alunos}}$

Alunos

RELAÇÃO LIVROS (EXEMPLARES)/ALUNOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total Livros (Exemplares)	22.186	27.180	30.258	31.758	40.290
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Relação	9,35	10	8,78	7,53	5,81

Análise do Indicador:

Observou-se um decréscimo na relação entre 2007 e 2009, demonstrando-se a necessidade de maiores investimentos para manutenção e ampliação do acervo da Instituição. Principalmente, com a criação dos novos campi no interior do Estado. Vale porém ressaltar que este levantamento não contabiliza os livros do Programa Nacional do Livro Didático, que vem sendo ampliado a cada ano e que distribui gratuitamente esses livros para os alunos dos cursos técnicos integrados. Tal programa contempla a maior parte dos componentes curriculares da formação geral (Ensino Médio).

- **RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNOS**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes} \times 100}{\text{Alunos}}$$

RELAÇÃO DE CONCLUINTES/ALUNOS MATRICULADOS

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Alunos concluintes	801	718	354	342	764
Relação	33,77	26,43	10,28	8,11	11,02

Análise do Indicador:

A diminuição da relação no período de 2006 a 2009, deveu-se a evasão de alunos nos cursos superiores e cursos técnicos subsequentes e ao ingresso de alunos nos cursos técnicos integrados, sem saída de concluintes, pois as primeiras turmas somente tiveram colação de grau no ano de 2010, o que, por sua vez, explica uma elevação da relação, nesse último ano. Vale ressaltar que essa relação só não foi maior, devido ao início de doze novos cursos técnicos integrados, no ano de 2010, nos campi novos da Instituição, os quais, obviamente, não apresentaram quaisquer concluintes.

- ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE CONCLUINTES

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a eficiência da Instituição

Definições:

Concluinte = aluno que integralizou os que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Número de Ingressos}}$$

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DOS CONCLUINTES

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Alunos concluintes	801	718	354	342	764
Alunos ingressos	1.400	1.465	1.515	1.739	3.302
Índice	0,57	0,49	0,23	0,20	0,23

Análise do Indicador:

De modo similar ao indicador anterior, observou-se entre 2006 e 2009 uma diminuição da relação. Isso também ocorreu devido ao considerável aumento de alunos ingressos e a ausência de concluintes, pelo motivo já apresentado na análise do indicador anterior. Também de forma semelhante ao indicador anterior, observou-se o crescimento da relação de 2009 para 2010, com a colação de grau dos primeiros técnicos oriundos dos cursos técnicos integrados. Para os próximos anos, em busca na melhoria da qualidade do ensino na Instituição, tem-se como meta que a relação continue crescendo, de forma a atender, inclusive, os índices previstos no Acordo de Metas e Compromissos. Para isso, planeja-se realizar uma análise das estratégias de ensino empregadas, para então promover-se a adoção de metodologias de ensino mais eficientes, de forma a obter-se melhores índices de permanência e conclusão nos diversos cursos oferecidos pela Instituição.

- **ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar e em relação ao total de alunos.

Definições:

Retenção Escolar refere-se aos alunos reprovados e com trancamento de matrículas.

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos} \times 100}{\text{Número de Matrículas}}$$

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Alunos Retidos	841	758	490	695	1.088
Total de alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Índice	35,46	27,90	14,22	16,47	15,70

Análise do Indicador:

Entre 2006 e 2008 observou-se uma redução no número de alunos retidos e no índice de retenção do fluxo escolar. Em 2009 houve pequeno crescimento no índice. Entretanto, de 2009 para 2010, observou-se nova diminuição no índice de retenção, devido a ações desenvolvidas no âmbito do ensino, tais como a oferta de aulas de reforço e de suporte de aprendizagem e a consolidação dos conselhos de classe, aliada à compreensão e adoção pelos professores do princípio da prevalência da avaliação qualitativa sobre a avaliação quantitativa.

- NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A RENDA PER CAPITA FAMILIAR

Objetivo:

Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

FAIXA SALARIAL 2009 (%) 2010 (%) RFP < 1 Salário Mínimo 24,83 45,931 Salário Mínimo < RFP < 2 Salário Mínimo 20,96 22,652 Salário Mínimo < RFP < 3 Salário Mínimo 27,79 15,633 Salário mínimo < RFP < 5 Salário Mínimo 18,22 13,955 Salário Mínimo < RFP < 7 Salário Mínimo 5,24 1,717 Salário Mínimo < RFP < 10 Salário Mínimo 1,37 0,11 RFP > 10 Salário Mínimo 1,59 0,02

Análise do Indicador:

Os números apresentados demonstram o crescimento maior que 46% (quarenta e seis por cento)

entre os anos de 2009 e 2010 para os alunos com renda familiar *per capita* menor que um salário mínimo e superior a 9% (nove por cento) para os alunos com renda familiar *per capita* entre um e dois salários mínimos. Apresentam, ainda, redução de alunos com renda familiar *per capita* maior que dois salários mínimos. Reflexo da política da Instituição em reservar, no mínimo, a metade de suas vagas para alunos de escolas públicas, notadamente carentes.

Indicadores de Pessoal

- RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

O docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE por 1)

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$$

RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Número de Docentes	429	320	331	345	450
Relação	5,53	8,49	10,41	12,23	15,4

Análise do Indicador:

Há uma evolução positiva na relação apresentada por este indicador. Mesmo com expressivo crescimento no número de alunos a Instituição melhorou a relação professor/aluno em 20% (vinte por cento).

- ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Tipo:

Indicador de Eficácia

Objetivo:

Quantificar o índice de titulação do corpo docente (efetivos e em contrato temporário)

Definições:

A titulação do corpo docente é subdividida em cinco grupos: Graduado (G), Aperfeiçoado (A), Especialista (E), Mestre (M) e Doutor (D)

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{G*1 + A*2 + E*3 + M*4 + D*5}{G + A + E + M + D}$$

ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Docente por Titulação	1.422	1.062	1.141	1.143	1.471
Número de Docentes	429	320	331	345	450
Relação	3,31	3,32	3,45	3,31	3,27

Análise do Indicador:

A relação do indicador nos anos analisados permanece constante, observa-se um

crescimento constante na quantidade de docentes a partir de 2007, bem com na titulação do corpo docente, fruto na gestão para novas contratações e no investimento em qualificação do corpo docente nos últimos anos.

- **RELAÇÃO ALUNOS/TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de alunos por servidores técnicos administrativos

Definições:

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{N}^\circ \text{ de Técnicos Administrativos}} \times 100$$

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Técnicos Administrativos	373	274	280	320	411
Relação	6,36	9,92	12,3	13,18	16,87

Análise do Indicador:

Observa-se que houve redução no número de servidores técnicos administrativos de 2006 para 2007, a partir deste ano houve crescimento do número de servidores, contratações visando melhorar a qualidade das atividades da Instituição. Houve crescimento na relação, o que demonstra maior eficiência da Instituição, com o aumento na quantidade alunos matriculados.

- **RELAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS / DOCENTES**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o número de servidores técnicos administrativos por servidores docentes

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Técnicos Administrativos}}{\text{Número de Docentes}} \times 100$$

RELAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS/DOCENTES

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Técnicos Administrativos	373	274	280	320	411
Número de Docentes	429	320	331	345	450
Relação	0,87	0,86	0,85	0,93	0,91

Análise do Indicador:

Ao longo dos anos de 2006 e 2008 não houve praticamente alteração na relação, o que demonstra um equilíbrio entre o corpo técnico administrativo e docente. Em 2009, ocorreu crescimento em ambos os segmentos, 12% (doze por cento) técnicos-administrativos e 4% (quatro por cento) docentes, em 2010 o quantitativo de servidores aumentou, para atender as demandas da sociedade, com o conseqüente crescimento da oferta de vagas e serviços oferecidos com a advento do Instituto.

Indicadores de Orçamento

- **GASTOS CORRENTES POR ALUNO**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar os Gastos por Aluno

Definições:

Consideraram-se Gastos Correntes todos os gastos, exceto Investimento, Capital, Precatórios, Inativos e Pensionistas

O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ de Alunos}}$$

GASTOS CORRENTES POR ALUNOS

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos Correntes	37.515.244,00	38.552.119,00	39.137.041,00	46.121.063,63	58.597.968,00
Total de Alunos	2.372	2.717	3.445	4.219	6.932
Gastos Correntes por Aluno/Ano	15.815,87	14.189,22	11.360,53	10.931,75	8.453,26

Análise do Indicador:

No período compreendido entre 2006 e 2009, tendo como base o primeiro, o comportamento deste indicador vem demonstrando uma redução no chamado custo aluno. Em 2007 a redução foi de 10,28%, em 2008 de 28,17% e em 2009 de 30,8%.

Em 2010, a redução continua, Comparando-o com 2006 a mesma ficou em 46,55%. Contudo, devido à criação do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, o “Gasto por Aluno” recebe influência do “Total de Gastos Correntes” e de “Alunos” da antiga autarquia, Escola Agrotécnica Federal de Satuba e dos novos Câmpus Penedo, Piranhas, Maragogi, Arapiraca, Murici e dos Câmpus Avançados de São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema que fazem parte da expansão do IFAL.

O que explica a manutenção da redução do Indicador ora apresentado para o período em

análise, ou seja, 2010, é que apesar do aumento dos gastos correntes, ocasionados pelo aumento das despesas com pessoal (principal fator), e despesas com manutenção da Instituição, que ficou em 56,20%, comparando com ano de 2006, o número de alunos sofreu um acréscimo de 192,24%, no mesmo período, sendo, então, determinante para a manutenção da redução do Indicador. Este quanto menor, melhor.

Conclui-se que a redução deste indicador, como esta apresentado, significa o atendimento a um maior quantitativo de alunos com menos gastos.

- PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais

Definições:

Gastos com Pessoal = Gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, sentenças judiciais e precatórios

Gastos totais = Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Pessoal	44.864.553,00	45.961.127,00	46.555.244,00	57.220.581,46	94.126.925,87
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46	120.690.554,00
Percentual de Gastos com Pessoal	87,34%	85,42%	84,52%	85,85%	77,99%

Análise do Indicador:

Neste indicador observamos que a relação decresceu entre 2006 e 2008 e voltou a crescer em 2009, fruto do aumento do número de servidores e da política salarial do Governo Federal.

Realizando uma análise horizontal das variáveis: Gastos com Pessoal e Gastos Total, para melhor explicar a redução do Indicador em tela, comparamos o ano de 2006 com 2010, e observamos que o primeiro sofreu um aumento de 109,80% enquanto o segundo aumentou em 134,89%, então, percebemos que, a fusão das autarquias CEFET e EAFS e início do funcionamento dos novos Câmpus e Câmpus Avançados que refletiram no Orçamento do IFAL em 2010, trouxe um maior aumento no total dos gastos em relação aos gastos com pessoal, sendo, então, este o fator que explica a redução do Indicador em 77,99% no 2010.

Como definido acima o objetivo deste Indicador é quantificar o gasto total com pessoal, que envolve os servidores ativos, inativos e pensionistas, sentenças judiciais e precatórios, em relação aos gastos totais. Estes podem ser monitorados e controlados, pois, seu uso eficiente depende de fatores internos de gestão. Na sua atual gestão, o IFAL está se inserindo no Programa de Eficiência de Gasto – PEG, estabelecido pelo Governo Federal, que tem em sua essência a boa gestão de custos. Já os Gastos com Pessoal, suas variações dependem do ambiente externo, vindo principalmente de políticas salariais de governo, não tendo o IFAL controle sobre estas ações.

- PERCENTUAL DE GASTOS DE PESSOAL COM ATIVO

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com pessoal ativo em relação aos gastos totais de Pessoal

Definições:

Gastos com Ativos: Gastos com servidores ativos

Gastos com Pessoal = Gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, sentenças judiciais e precatórios

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal Ativo}}{\text{Total de Gastos com Pessoal}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL ATIVO

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Pessoal Ativo	25.981.999,00	25.810.575,00	31.307.676,00	37.531.982,62	61.057.214,85
Total de Gastos com Pessoal	44.864.553,00	45.961.127,00	46.555.244,00	57.220.581,46	94.126.925,87
Percentual de Gastos com Pessoal Ativo	57,91%	56,16%	67,25%	65,59%	64,87%

Análise do Indicador:

A contratação de servidores para o IFAL depende de necessidades internas e condições externas. Necessidades internas dizem respeito à demanda por prestações de serviços de qualidade à comunidade, tanto para o funcionamento da máquina administrativa como na atividade fim da Instituição que é o ensino. As condições externas são definidas por políticas de governo que estabelecem metas e critérios de liberação de vagas para efetivação de processo seletivo, através de

concurso público, para o ingresso no IFAL.

O aumento do percentual dos gastos com pessoal ativo representa maior número de servidores contribuindo para o atingimento dos objetivos da Instituição. Observa-se que os percentuais de aumento com pessoal ativo e com os gastos totais de pessoal foram similares nos últimos anos, mesmo com o surgimento de novos fatores, como a criação do IFAL, que como foi dito, ocasionou na fusão de duas autarquias em Alagoas

- **PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCLUSIVE BENEFÍCIOS)**

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual de Gastos com Outros Custeios em relação aos Gastos Totais

Definições:

Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões Financeiras

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCLUSIVE BENEFÍCIOS)

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Outros Custeios	4.490.232,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00	40.323.709,00
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46	120.690.554,00
Percentual de Gastos com Outros Custeios	8,74%	11,77%	12,13%	11,2%	33,41%

Análise do Indicador:

O percentual de gastos com outros custeios permaneceu constante entre 2007 e 2009.

Realizando uma análise horizontal das variáveis: Total de Gastos com Outros Custeios e Total de Gastos, para melhor explicar o aumento do Indicador em tela, comparamos o ano de 2006 com 2010, e observamos que o primeiro sofreu um aumento de 798,03% enquanto o segundo aumentou em 134,96%, então, nota-se que, política da Educação Tecnológica que trouxe a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico e a criação do IFAL, tendo como reflexo a fusão das autarquias CEFET e EAFS e o início do funcionamento dos novos Câmpus e Câmpus Avançados refletiram no Orçamento do IFAL em 2010, e o Indicador, que apresentou um aumento de 33,41%, significa que a Instituição teve mais recursos para sua manutenção e para atendimento das necessidades de suas atividades, podendo investir mais em capacitação e qualificação de seus servidores, em bens e materiais para laboratórios e oficinas, em tecnologia e em reformas

- PERCENTUAL DE GASTOS COM CUSTEIO BÁSICO

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual de Gasto com Custeio Básico em relação ao total de Gastos com Outros Custeios

Definições:

Gastos com Custeio Básico: somatório dos gastos anuais com fornecimento de água e esgoto, energia elétrica, serviços de telefonia, serviços de vigilância, serviços de limpeza e conservação

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões financeiras

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Custeio Básico}}{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM CUSTEIO BÁSICO

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Custeio Básico	1.765.339,57	2.039.351,54	2.044.745,77	2.096.876,59	4.999.949,81
Total de Gastos com Outros Custeios	4.490.232,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00	40.323.709,00
Percentual de Gastos com Custeio Básico	39,32%	32,19%	30,6%	28,08%	12,4%

Análise do Indicador:

Os gastos com o custeio básico se mantiveram constantes entre 2007 e 2009, mesmo com os aumentos das tarifas públicas e com os acordos coletivos de trabalho para os serviços terceirizados. Em 2009 houve uma redução e de forma mais significativa em 2010 que ficou em 12,40%. Isto demonstra que a Instituição, a pesar do aumento do número de alunos, está economizando. Fruto da otimização dos seus processos internos, melhoria dos procedimentos licitatórios e do esforço na redução de desperdícios. Significa melhores condições para investimentos em qualificação de pessoal, em pesquisa e extensão, para realização de reformas e ampliações de ambientes, aquisição de bens e suprimentos, enfim melhores condições para atendimento a sociedade

- PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS (EM RELAÇÃO AOS GASTOS TOTAIS)

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos Gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos Gastos Totais

Definições:

Investimentos: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro

Inversões Financeiras: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS TOTAIS

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Investimentos	604.025,00	600.000,00	700.000,00	840.000,00	27.224.106,46
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46	120.690.554,00
Percentual de Gastos com Investimentos x Gastos Totais	1,18%	1,12%	1,27%	1,26%	22,56%

Análise do Indicador:

Nos dados apresentados no quadro acima se percebe que o Indicador se manteve praticamente constante no período compreendido entre 2006 e 2009. Em 2010 o percentual de Gastos com Investimentos sofreu um aumento de 22,56% em relação aos Gastos Totais. Para analisarmos este percentual, partimos para uma análise horizontal, onde percebemos que os Gastos com Investimentos sofreram um acréscimo de 4.407% em 2010 comparando com 2006. O que explica isto?

No ano de 2010 o IFAL executou todo seu orçamento de Capital nas ações de Expansão, e Reestruturação da Rede Federal. As obras dos Câmpus Penedo e Piranhas foram executadas em sua plenitude; Houve a aquisição da nova sede da Reitoria que é uma orientação da Lei que criou o IFAL que a Reitoria tenha sua localização fora dos Câmpus. Os novos Câmpus que iniciaram suas aulas em 2010 precisaram ser estruturados com móveis, equipamentos, veículos e outros bens, os Câmpus que já existiam, antes da expansão, também se reestruturaram para atingir, cumprir o que está posto no Acordo de Metas e Compromissos, documento assinado entre o IFAL e o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que possui o

Plano de Estruturação, Expansão e Atuação do IFAL, para o período de 2010 a 2022. Devendo ser atingido em curto prazo, até o ano de 2013 e projeção de manutenção ou ampliação nos anos seguintes, tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022. O mais importante é demonstrar que houve o aumento dos investimentos na Instituição.

- PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS DE OCC

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos Gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos Gastos Totais com Outras Despesas Correntes e de Capital (exclusive Benefícios).

Definições:

Investimentos: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro

Inversões Financeiras: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Total de Gastos com OCC (exclusive benefícios)}} \times 100$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS x GASTOS OCC

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Investimentos	604.025,00	600.000,00	700.000,00	840.000,00	27.224.106,46
Total de Gastos com Outros Custeios	5.094.257,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00	40.323.709,00
Percentual de Gastos com Investimentos x Gastos OCC	11,86%	9,47%	10,47%	11,25%	67,51%

Análise do Indicador:

O percentual analisado entre 2006 e 2009 permaneceu praticamente sem apresentar oscilações bruscas no período. Em 2010 houve um aumento em Investimentos, e já explicitado anteriormente, como também, em Gastos com Outros Custeios, acarretando num Indicador de 67,52%. Mesmo com o aumento do investimento o IFAL não comprometeu a manutenção da Instituição.

- PERCENTUAL DE GASTOS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com recursos de Outras Fontes em relação ao total de recursos.

Definições:

Recursos de Outras Fontes: Compreendem todos os gastos com recursos das fontes 201, 213, 246, 247, 248, 249, 250, 280, 291, 292, 295 e 296.

Gastos Totais: Gastos Totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Total de Gastos com Recursos de Outras Fontes} \times 100}{\text{Total de gastos de todas as fontes}}$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Recursos de Outras Fontes	330.615,00	645.099,00	525.601,00	461.260,33	763.632,54
Total de Gastos	51.365.632,00	53.806.061,00	55.084.609,00	66.649.661,46	120.690.554,00
Percentual de Gastos com Recursos de Outras Fontes	0,64%	1,2%	0,95%	0,69%	0,63%

Análise do Indicador:

Os recursos de outras fontes representam o esforço do IFAL em arrecadar.

Há um aumento de quase 100% entre 2006 e 2007, e crescimento considerável em 2008, também em relação a 2006. Observa-se uma redução da arrecadação em 2009 em relação a 2008 de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento). Porém, há uma retomada no crescimento em 2010, maior que 40% (quarenta por cento), o que demonstra a vocação do Instituto em gerar recursos.

- PERCENTUAL DE GASTOS COM CONVÊNIOS E DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS/GASTOS COM OCC

Tipo:

Indicador de Eficiência

Objetivo:

Quantificar o percentual dos gastos com recursos de Convênios e Descentralização de Créditos em relação aos Gastos Totais de OCC com todas as fontes (exclusive benefícios)

Definições:

Gastos com Convênios e Descentralizações de Créditos: Gastos com recursos de Convênios e descentralizações de Crédito

Gastos com Outros Custeios: Gastos totais de Outras Despesas Correntes e de Capital menos Benefícios, e PASEP, Investimentos e Inversões financeiras

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Percentual} = \frac{\text{Gastos Recursos de Convênios e Descentralizações}}{\text{Total de Gastos de OCC (exclusive benefícios)}}$$

PERCENTUAL DE GASTOS COM CONVÊNIOS E DESCENTRALIZAÇÕES

R\$ 1,00

VARIÁVEIS	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Gastos com Convênios e Descentralizações	1.414.386,52	5.212.871,28	2.573.690,82	3.873.077,44	1.426.840,87
Total de Gastos com OCC	5.094.257,00	6.334.487,00	6.683.198,00	7.466.807,00	40.323.709,00
Percentual de Gastos com Convênios e Descentralizações/OCC	27,76%	82,29%	38,51%	51,87%	3,54%

Análise do Indicador:

Este indicador apresenta o esforço do IFAL em buscar recursos externos, ou seja, convênios ou descentralizações de crédito para permitir, principalmente, investimentos na Instituição. O aumento percentual a partir de 2007 deve-se a descentralização de crédito para início da construção de duas novas unidades de ensino (Penedo e Piranhas), por isso a diferença percentual em relação aos anos de 2006, 2008 e 2009. A partir de 2008, a SETEC/MEC passou a incluir na Lei Orçamentária os recursos para implantação dos novos Câmpus, reduzindo as descentralizações de créditos.

Área Responsável pelos Cálculos

Os Indicadores de Desempenho Operacional foram calculados e auferidos pelo Departamento de Administração e Planejamento, vinculado a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, com base nas informações fornecidas pelas unidades administrativas e de ensino do IFAL.

ITEM 12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O objetivo deste item é apresentar as providências adotadas pelo IFAL para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) que fiscaliza a Instituição ou as justificativas para o seu não cumprimento.

a) Deliberações do TCU atendidas no exercício de 2010

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Diligência	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-003.263/2010-0	2631/2010/SEFI P/TCU		DE	Diligência nº2631/2010/SEFIP/TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
O Servidor foi empossado no cargo de professor do IFAL com carga horária de 40 horas, sendo que na ocasião o mesmo já trabalhava 30horas na Secretaria do Estado e da Saúde, gerando uma carga horária total de 70 horas semanais. Ante o exposto o TCU solicitou a adoção de providencias para sanar as ilegalidades apontadas.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					113410
Síntese da providência adotada:					
Foi aberto processo administrativo visando regularizar a situação do servidor, que não exerceu o direito de escolha entre os cargos públicos que ocupava. Encaminhado processo para procuradoria, a mesma opinou pela abertura de processo administrativo disciplinar para demissão do servidor					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Devido a decisão liminar proferida em Mandado de Segurança nos autos do processo 0000849-66.2011.4.05.8000, distribuído na 3ª Vara Federal de Alagoas, e posterior parecer da procuradoria do IFAL através da nota técnica nº 07/2011/NPTCSV/PFAL, estamos impossibilitados de adotar qualquer providência.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-025.787/2009-4	902/2010 TCU 2ª CÂMARA	9.3.1	DE	CP 17210-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos servidores mencionados no subitem 9.1 e faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					113410
Síntese da providência adotada:					
Notificados os servidores, estando em fase de Implementação das providências (memo 003/2011-DGP). Servidores da DGP foram A SRH/DF para melhor entendimento quanto ao cumprimento das decisões do TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-025.787/2009-4	902/2010 TCU 2ª CÂMARA	9.3.2	DE	CP 17210-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
9.3.2. faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados, no prazo, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	113410
Síntese da providência adotada:	
Notificados os servidores, estando em fase de Implementação das providências (memo 003/2011-DGP).	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.1	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.1. comprovar a este Tribunal, nas próximas contas anuais, haver adotado medidas de ressarcimento ao erário relativas aos processos de suprimento de fundos nºs 23041.000799/2007 e 23041.001275/2007-64, cujo suprido foi o servidor matrícula Siape nº 0267327, sob pena de responsabilização do Gestor por omissão no cumprimento de seu dever profissional;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
REITORIA					105120
Síntese da providência adotada:					
1.5.1.1. Atendido Parcialmente (em fase de conclusão).					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.2	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2. adotar ações efetivas, se ainda não o fez, visando ao reaproveitamento, alienação, cessão ou outra forma de desfazimento dos bens que se encontram sem destinação específica ou sofrendo deterioração na Instituição, observando o que estabelece o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 acerca da matéria;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO					113497
Síntese da providência adotada:					
1.5.1.2. Os processos de desfazimento dos bens já estão em andamento, alguns deles em fase de conclusão(Proc. 23041.003485/2010-92 e 23041.000871/2010-22) e devem ser encaminhados para a contabilidade para que espelhem a realidade contábil do Inventário.					
Síntese dos resultados obtidos					
DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS PARA ENTRADA DE NOVOS BENS					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
GRANDE VOLUME DE BENS, EM SUA MAIORIA DESTROÇADOS E SEM PLAQUETAS DE TOMBAMENTO DIFICULTAM A IDENTIFICAÇÃO.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.3	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.3. efetuar levantamento minucioso dos seus servidores que utilizam auxílio-transporte, em especial nas modalidades intermunicipal e interestadual, a fim de avaliar a pertinência da concessão, realizando o pagamento do benefício apenas contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagem apresentados no mês anterior;					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	113410
Síntese da providência adotada:	
1.5.1.3. Já implementada a realização do pagamento do auxílio-transporte somente mediante prestação de contas no mês anterior.	
Síntese dos resultados obtidos	
Disciplinamento no uso de vale-transporte e conseqüente redução da despesa pública.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Houve contestação de alguns servidores, mas que foram todos esclarecidos sobre o tema.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.4	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.4. apresentar tempestivamente o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) ao Órgão de Controle Interno competente, bem como nos moldes preconizados pela IN SFC nº 01/2007 ou normativo que a suceder;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AUDITORIA INTERNA/IFAL					105122
Síntese da providência adotada:					
1.5.1.4. Esta Auditoria Interna está envidando esforços para que o envio do RAINTE seja entregue para este Órgão de Controle de forma tempestiva em conformidade legal. Em que pese o mesmo depender de apreciação do Conselho Superior, cuja a maioria de seus membros tiram férias no mês de janeiro, contudo, procuramos antecipar o envio em meio magnético até 30 de janeiro e posteriormente entregarmos o definitivo já apreciado por aquele colegiado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Entrega tempestiva nos exercícios seguintes.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O mês de janeiro nos Órgãos de Educação é onde os professores tiram férias, bem assim, alguns técnicos administrativos e por sua vez viajam. Daí a dificuldade de reunir o Conselho Superior naquele mês para apreciação do RAINTE e posterior envio aos órgãos de controle dentro no referido mês.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.5	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.5. submeter ao Reitor e ao Conselho Diretor da Entidade, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para a devida apreciação, conforme o art. 6º, da IN SFC nº 07/2006 ou normativo que a suceder;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
REITORIA/AUDITORIA INTERNA					105122
Síntese da providência adotada:					
1.5.1.5. O PAINT/2010 já havia sofrido apreciação do Conselho Superior mesmo sem haver à época, normatização da vinculação da Auditoria aquele colegiado. Agora, com a vinculação dessa Auditoria Interna ao Conselho Superior normatizada através da Resolução nº 16/CS de 07/06/2010, estamos sanando integralmente as duas pendências.					
Síntese dos resultados obtidos					
Decisão Acatada por força de normatização através da Resolução nº 16/Conselho Superior do IFAL, de 07/06/2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Normatização e disciplinamento das ações da AUDINT-IFAL					

b) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC15.315/2009-0	939/2010 TCU 2ª CÂMARA	1.5.5	DE	OF. 210/2010-TCU/SECEX-AL
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					

1.5.1.6. providenciar, regularmente, aos servidores da Auditoria Interna do IFAL, acesso à softwares aplicativos e aos sistemas corporativos que se fizerem necessários ao bom desenvolvimento de seus trabalhos, como Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação).

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ – REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	105125

Justificativa para o seu não cumprimento:

1.5.1.6. Informamos que ainda permanecemos com deficiências quanto ao item, visto que foi solicitado o Siafi Gerencial (memo nº 66/2010 de 28/04/2010) sem que houvesse resposta quanto a sua aquisição.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em 2010 tivemos problemas de acesso ao SIAFI -Produção por conta das mudanças estruturais que vem sofrendo o IFAL(alteração dos códigos das UG's já existentes e criação de novos códigos para as UG's que estão surgindo).

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	100900

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2		1272/2010/TCU-2ª Câmara	9.2, 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3		

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	100900

Descrição da Deliberação:

Acórdão 1093/2010/TCU/2ª Câmara: Considerar ilegais as concessões de aposentadoria a **Carlos Alberto de Barros Lima, Fernando José Pinto de Medeiros, Mariangele Bessa Soares, Ronaldo Medeiros Bonfim, Usiel Mariano de Oliveira e Vera Luce Bernardes Cardoso;**

9.2. determinou ao IFAL:

9.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados mencionados no subitem 9.1 e faça juntar a estes autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação;

9.2.2 faça cessar os pagamentos efetuados com base nos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade administrativa solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 d Constituição Federal;

9.2.3 observe as diretrizes constantes do Acórdão nº 2.161/2005-Plenário para o cálculo dos proventos dos interessados.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	113410

Justificativa para o seu não cumprimento:

Os servidores foram notificados sobre o Acórdão 1272/2010/TCU-2ª Câmara, estando em fase de implementação das providências determinadas pelo TCU, conforme informação da Diretoria de Gestão de Pessoas por meio do Memo 003/2011-DGP.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de

providências pelo gestor
Em virtude dos servidores constantes no Acórdão 1272/2010/TCU-2ª Câmara já estarem aposentados e alguns possuírem idade avançada, o contato e a explicação do teor do supracitado Acórdão exigiu maiores cuidados e sensibilidade.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3		1093/2010/TCU/-2ª Câmara	9.3., 9.3.1. e 9.3.2		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
Acórdão 1272/2010/TCU-2ª Câmara: Considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Elizabeth Costa Barros Tenório, José Marcos Magalhães Calheiros, José Natalício da Silva, Luci Rodrigues Pedrosa, Maria das Graças Fernandes Tenório Doria, Maria de Fátima Menezes Monteiro, Napoleão Gonçalves Portela de Moraes, Roseli Omena Barbosa, Vera Lúcia Sales de Melo Soares e Yolanda Neyde Maranhão Araújo.					
9.3. Determinou ao IFAL:					
9.3.1. dê ciência aos interessados do interior teor desta deliberação e faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação;					
9.3.2. faça cessar os pagamentos deferidos com base nos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					113410
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os servidores foram notificados sobre o Acórdão 1093/2010/TCU/-2ª Câmara, estando em fase de implementação das providências determinadas pelo TCU, conforme informação da Diretoria de Gestão de Pessoas por meio do Memo 003/2011-DGP.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em virtude dos servidores constantes no Acórdão 1093/2010/TCU/-2ª Câmara já estarem aposentados e alguns possuírem idade avançada, o contato e a explicação do teor do supracitado Acórdão exigiu maiores cuidados e sensibilidade.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	100900

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Diligência	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-003.263/2010-0	2631/2010/SEFI P/TCU		DE	Diligência nº2631/2010/SEFIP/TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.5. submeter ao Reitor e ao Conselho Diretor da Entidade, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para a devida apreciação, conforme o art. 6º, da IN SFC nº 07/2006 ou normativo que a suceder;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					113410
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi aberto processo administrativo visando regularizar a situação do servidor, que não exerceu o direito de escolha entre os cargos públicos que ocupava. Encaminhado processo para procuradoria, a mesma opinou pela abertura de processo administrativo disciplinar para demissão do servidor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Devido a decisão liminar proferida em Mandado de Segurança a diligência não foi cumprida.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5		4042/2010/TCU-2ª Câmara	9.3, 9.3.1, 9.3.2		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Descrição da Deliberação:					
Acórdão 4042/2010/TCU/2ª Câmara: Considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Rosa Maria de Melo Machado .					
9.3. determinou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que adote, no prazo de quinze dias, as seguintes providências:					
9.3.1. dê ciência do interior teor desta deliberação à servidora Rosa Maria de Melo Machado e faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes, o comprovante de notificação;					
9.3.2 faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado, o prazo, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					113410

Justificativa para o seu não cumprimento:
Os servidores foram notificados sobre o Acórdão 4042/2010/TCU/-2ª Câmara, estando em fase de implementação das providências determinadas pelo TCU, conforme informação da Diretoria de Gestão de Pessoas por meio do Memo 003/2011-DGP, de 13 de janeiro de 2011.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Em virtude da servidora constante no Acórdão 4042/2010/TCU/-2ª Câmara possuir idade avançada, o contato e a explicação do teor do supracitado Acórdão exigiu maiores cuidados e sensibilidade.

c) Recomendações do OCI atendidas no exercício de 2010

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243997/002	26	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002:			
Efetuar o cancelamento dos valores inscritos indevidamente em Restos a Pagar Não Processados (R\$ 2.845.812,88).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
O IFAL efetuou o cancelamento dos valores inscritos indevidamente em Restos a Pagar não processados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendendo a recomendação supra, informamos que o IFAL procedeu ao cancelamento dos valores inscritos em Restos a Pagar.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O cancelamento do empenho fora efetuado com celeridade devido ao controle de empenho do IFAL.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	100900
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	243997/002	26	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001			
O Gestor deve abster-se de emitir empenho em nome da própria Entidade, com vistas, à inscrição em Restos a Pagar.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
O IFAL não mais emitirá empenhos em seu próprio nome.			
Síntese dos resultados obtidos			
Informamos que, em atendimento ao Acórdão TCU Plenário 2731/2008, o Instituto Federal de Alagoas – IFAL não mais emitirá empenhos, em seu próprio nome.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Devido ao controle dos empenhos efetuados no IFAL o cancelamento dos empenhos ocorreu de maneira mais célere.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	243997/002	32	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001			
Que o IF/AL se abstenha de efetuar prorrogação com base no § 4º, artigo 57 da Lei 8.666/93, sem apresentação de motivo que justifique suficientemente a referida contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
Informamos que o IF/AL não efetuará prorrogação de contratos de prestação de serviços de execução continuada com base no § 4º, artigo 57 da Lei 8.666/93, sem apresentação de motivo que justifique suficientemente a referida contratação.			
Síntese dos resultados obtidos			
O IFAL não prorrogou mais contratos sem a devida justificativa legal.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de			

providências pelo gestor
Devido ao controle de processos e as orientações recebidas o IFAL pode estruturar melhor a gestão de contratos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	243997/002	32	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002			
Efetuar um planejamento eficiente das aquisições/contratações de serviços necessárias ao perfeito funcionamento da Entidade, atentando para os prazos de término de vigência dos contratos em curso, a fim de evitar prorrogações de contratos devido à falta de planejamento da Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
Acatamos a recomendação. Informamos que o IFAL em sua reestruturação administrativa e organizacional, através da Resolução n. 32/2010, do Conselho Superior do IFAL, criou a Coordenação de Contratos. Este novo setor será responsável pela elaboração e acompanhamento da execução e prazos dos contratos, observando a legislação aplicada à matéria, pela comunicação entre a Instituição e as empresas contratadas, e por todo planejamento institucional no que se referem às contratações. Foi publicada ainda, Portaria n. 898/2010, de 26 de julho de 2010, que regulamento todo o processo de aquisições e contratações no Instituto, com seus fluxogramas, prazos e atribuições, com o intuito de permitir o eficiente planejamento das compras e contratações.			
Síntese dos resultados obtidos			
O IFAL melhorou a gestão de compras, bem como a gestão dos contratos em virtude das ações efetuadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A partir das orientações recebidas o IFAL estruturou a gestão de compras e está conseguindo melhorar o processo de compras conjuntas entre os <i>Campi</i> .			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de	Item do RA	Comunicação Expedida

	Auditoria		
5	243997/002	32	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 003			
<p>Proceda a abertura de processo licitatório objetivando a contratação de uma empresa para prestação dos serviços de Limpeza e Conservação, e rescinda o mais breve possível o contrato mantido com a empresa L&M - Serviços e Conservação de Bens Ltda., o qual foi prorrogado ilegalmente.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
<p>Informamos que houve abertura de processo licitatório de nº 23041003577/2009-39 ainda no exercício/2010 com objetivo de contratação de empresa para realizar serviços de limpeza e higienização nas dependências do IFAL. Ocorre que por haver problemas no edital quanto a mensuração do objeto que divergiu do constante da IN/02 optou-se por CANCELAR o certame e abertura de novo processo licitatório. Informamos também que o Contrato com a Empresa L&M – Serviços e Conservação de Bens Ltda foi RESCINDIDO em 2010.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
O IFAL melhorou a gestão de contratos em virtude das ações efetuadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A partir das orientações recebidas o IFAL estruturou a gestão de contratos, bem como a análise das propostas para contratação de serviços de limpeza.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	243997/002	38	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001			
<p>Finalizar a elaboração do inventário dos bens móveis e imóveis, a fim de garantir um eficiente controle da gestão patrimonial.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
<p>A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 373/GD, de 07 de abril de 2009 e Portaria nº 535/GD, de 04 de maio de 2009 da Reitoria do Instituto Federal de Educação de Alagoas, designada para</p>			

a realização do Inventário Anual de Bens Móveis para o exercício de 2008, concluiu seu relatório em 21 de setembro de 2010.

Síntese dos resultados obtidos

O IFAL instituiu comissão realizar o inventário anual, tendo este concluído seus trabalhos em 21/09/2010

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Devido a grande quantidade de imóveis sem identificação, aos deslocamentos, bem como a própria depreciação natural por uso e tempo, tais condições demandaram maior tempo para finalização do inventário.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	243997/002	38	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002			
Após a realização do referido inventário, apurar a responsabilidade pelo desaparecimento dos bens que porventura não forem localizados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento encontra-se em fase de análise, juntamente com a Coordenação de Patrimônio, do relatório final, emitido pela Comissão Inventariante, e encaminhará à Reitoria para que sejam tomadas às devidas providências que o caso requer.			
Síntese dos resultados obtidos			
Encontra-se em fase de análise o relatório final, para posterior decisão da Reitoria quando as providências a serem tomadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Encontra-se em fase de análise o relatório final, para posterior decisão da Reitoria quando as providências a serem tomadas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

8	243997/002	38	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 003			
Adotar as providências para recuperar, alienar, doar ou inutilizar os bens inservíveis, atentando pra as alterações que deverão ser efetuadas na contabilidade da Entidade em relação à conta específica desses bens no ativo permanente do balanço patrimonial da Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
Os processos de desfazimento dos bens já estão em andamento, alguns deles em fase de conclusão e devem ser encaminhados para a contabilidade para que espelhem a realidade contábil do inventário. Informamos que, os procedimentos com relação os bens patrimoniais do IFAL estão sendo realizados de acordo com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.			
Síntese dos resultados obtidos			
Encontra-se em andamento o processo de desfazimento de bens.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Devido ao elevado quantitativo de bens inservíveis, o processo de desfazimento está levando um tempo maior para sua finalização.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	243997/002	39	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001			
Reiteramos a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 224763/2009 para que a UG adote providências com vistas ao desfazimento, na forma do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
Os processos de desfazimento dos bens já estão em andamento, alguns deles em fase de conclusão e devem ser encaminhados para a contabilidade para que espelhem a realidade contábil do inventário. Informamos que, os procedimentos com relação os bens patrimoniais do IFAL estão sendo realizados de acordo com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 e que as rotinas administrativas estão sendo revistas pela nova gestão da reitoria que tomou posse em 02 de agosto de 2010 e está atenta aos princípios administrativos.			

Síntese dos resultados obtidos
Encontra-se em andamento o processo de desfazimento de bens.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Devido ao elevado quantitativo de bens inservíveis, o processo de desfazimento está levando um tempo maior para sua finalização.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	243997/002	42	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 001			
Reitera-se a recomendação constante do Relatório de Auditoria 224763/2009 para que o Gestor que adote as providências para criar as rotinas, planos, métodos e procedimentos, visando estabelecer os controles internos administrativos para as áreas de pessoal, patrimonial, setor financeiro, setor orçamentário, suprimento de bens e serviços.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
Algumas providências foram adotadas através de emissão de Portarias, Resoluções e outras ações, para que as rotinas, planos, métodos e procedimentos do Instituto, melhorassem.			
<u>Portarias</u>			
Em 01 de junho de 2010 foi publicada a seguinte Portaria:			
<u>Portaria nº 682/GR – Concessão de Diárias e Passagens.</u>			
<u>Que determina em seus artigos 1º e 2º respectivamente:</u>			
VII. Que o pagamento de diárias e a emissão de passagens, no âmbito do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, ocorra, exclusivamente, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, devendo ser observado o Manual do Usuário do Sistema, desenvolvido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP;			
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer regras para utilização do SCDP, determinando a competência para solicitar, propor, conceder e prestar contas de Diárias e Passagens para deslocamentos a serviço, em viagens nacionais e internacionais, para os servidores, convidados e colaboradores eventuais do Instituto Federal de Alagoas - IFAL. 			
Em 30 de junho de 2010 foi publicada a seguinte Portaria:			
<u>Portaria nº 780/GR – Concessão de Auxílio Transporte.</u>			
<u>Que leva em consideração:</u>			
<ul style="list-style-type: none"> A Medida Provisória nº 2165/2001; 			

- A orientação disposta no artigo 3.1.6. do Acórdão 2211/2005 – Plenário, do Tribunal de Contas da União – TCU;
- A Nota Técnica nº569/2009/C O G E S/ D E N O P / S R H/ M P;
- A Orientação Normativa nº 03/2009;
- O Relatório de Auditoria 243997 da CG U;
- Os Artigos 70 e 76 do Código Civil;
- A necessidade de uniformizar os procedimentos referentes ao ressarcimento e auxílio transporte efetuados aos servidores do IFAL;
- Os princípios da economicidade, razoabilidade e do interesse público;
- Que deve prevalecer o meio de transporte menos custoso para a Administração;
- A necessidade de regulamentar o pagamento do auxílio transporte no âmbito do IFAL.

Em 26 de julho de 2010 foram publicadas as seguintes Portarias:

Portaria nº 897/GR – Planos de Trabalho, Termos de Cooperação e Captação de Créditos Orçamentários e Financeiros.

Que leva em consideração:

- A necessidade constante de implementação de novos programas e ações, visando atingir os objetivos institucionais;
- A necessidade de melhorar a gestão da Reitoria, como unidade de controle e apoio às demais Unidades Gestoras do IFAL.

Portaria nº 898/GR – Compras e Contratações Comuns.

Que leva em consideração:

- A necessidade de maior integração entre as Unidades (*Campi* e Reitoria), componentes da estrutura do IFAL, em busca da elevação dos níveis de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade;
- A necessidade de melhorar a gestão da Reitoria, como unidade de controle e apoio às demais Unidades Gestoras do IFAL;
- A relevância da implementação de um processo de programação de compras de materiais e contratações de serviços para o bom funcionamento de todos os segmentos do IFAL, evitando, tanto quanto possível, a ocorrência de falta de materiais e serviços, bem como a realização de compras e contratações fracionadas; e
- A necessidade de definir normas para solicitação de compras de materiais e contratação de serviços, visando à dinamização do processo, à racionalização dos trâmites, e ainda, atender às orientações da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Resoluções

Em 07 de junho de 2010 foram aprovadas as seguintes Resoluções:

Resolução nº 12 - Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Resolução nº 13 - Estabelece normas para aplicação e padronização da identidade visual do Instituto Federal de Alagoas.

Resolução nº 14 - Institui a Comissão Interna de Supervisão – CIS e disciplina sua constituição e funcionamento.

Resolução nº 15 - Aprova a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD e o regulamento para concessão de afastamento para capacitação.

Em 14 de junho de 2010 foram publicadas as seguintes Resoluções:

Resolução nº 18/CS - Aprova a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

Resolução nº 19/CS - Aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT e estabelece sua estrutura organizacional.

Em 01 de julho de 2010 foi publicada a seguinte Resolução:

Resolução nº 21/CS - Institui a Comissão Própria de Avaliação – CPA no Instituto Federal de Alagoas.

Em 19 de julho de 2010 foram publicadas as seguintes Resoluções:

Resolução nº 22/CS - Regulamenta a concessão de afastamento de professores para participação em programa de formação stricto sensu e dá outras providências.

Resolução nº 23 - *Regulamenta a concessão de Estágio Interno no IFAL.*

Em 26 de julho de 2010 foi publicada a seguinte Resolução:

Resolução nº 29/CS – Regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Instituto Federal de Alagoas.

Em 26 de julho de 2010 foi publicada a seguinte Resolução:

Resolução nº32 - Estabelece nova estruturação administrativa no âmbito da Reitoria e dos Campi do IFAL.

A Reitoria através do Departamento de Administração e Planejamento, subordinado a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento da Reitoria, iniciou, em setembro de 2010, o planejamento da Instituição para os próximos quatro anos. Dentre as ações, que já começaram a ser introduzidas, está a de regulamentar e normatizar as rotinas e os procedimentos administrativos, estabelecendo ainda metas e ferramentas de controle para as áreas orçamentárias, financeiras, patrimoniais, suprimento de bens e serviços.

A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação do IFAL, este ligado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional estão viabilizando o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas (sistemas de gestão) para informatizar todos os processos, desde a solicitação de compras e serviços até o tombamento dos bens. Estes sistemas permitirão o efetivo controle dos atos da gestão.

Síntese dos resultados obtidos

Com estas ações os procedimentos administrativos no IFAL vem apresentando melhoras em sua execução e controle.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Devido ao elevado quantitativo de processos a implantação destas práticas vem sendo realizada paulatinamente e em discussão com os envolvidos.

d) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	243997/002	43	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			
Recomendação nº 002			
<p>Proceda a abertura de processo licitatório objetivando a contratação de empresa para prestação dos serviços de aquisição de passagens aéreas, nacional e internacional, operacionalização de reservas, marcação/remarcação de bilhetes e outras tarefas associadas a esses procedimentos e rescinda o mais breve possível o contrato mantido com a empresa Distak Agência de Viagens e Turismo Ltda., o qual foi prorrogado ilegalmente.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			105125
Síntese da providência adotada:			
<p>A Coordenação de Contratos, criada através da Resolução nº 32/2010 do Conselho Superior do IFAL providenciará o prazo de vigência do atual contrato e solicitará ao Departamento de Compras que se inicie o processo para abertura do certame licitatório ainda neste exercício financeiro de 2010.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>O IFAL iniciou o procedimento licitatório para contratação de empresa aérea e rescisão do contrato com a empresa Distak agência de Viagens e Turismo Ltda.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	243997/002	43	243997/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação:			

Recomendação nº 001

Abstenha-se de prorrogar contratos de fornecimento de passagens aéreas, com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, por não configurar serviço prestado de forma contínua.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	105125

Síntese da providência adotada:

Informamos que, em atendimento ao Acórdão TCU Plenário 1.386/2005, o Instituto Federal de Alagoas – IFAL não mais prorrogará contratos de fornecimento de passagens aéreas.

Síntese dos resultados obtidos

O IFAL não mais prorrogará contratos de fornecimento de passagens aéreas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

ITEM 13. DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Alagoas			158147
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió – AL	Data	26 de março de 2011
Contador Responsável	Luis Antonio Oliveira dos Santos	CRC nº	AL-004171/O-8

Wellington Spencer Peixoto
 Dirigente Máximo – Substituto

Luis Antônio Oliveira dos Santos
 Depto.de Contabilidade e Finanças
 CRC –AL – 004171/O-8

ITEM 14. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Declaramos, para os devido fins, que os servidores detentores de função de confiança do Instituto Federal de Alagoas apresentaram Declaração de Bens e renda, referente ao Exercício 2010, Ano-Calendário 2009, em conformidade com a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Maceió, 25 de março de 2011.

EDILEUZA LIMA FERRAZ

Diretora de Gestão de Pessoas